



Aprovada em sessão  
da A.M. de 27-06-2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

## ATA Nº 6

### SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: -----

----- Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Bruno Miguel Alves Pacheco, Carmina Maria dos Santos Lopes, David Manuel da Rocha Santos, Alexandra Patrícia Vilaça Forte em substituição de Diogo Alexandre Lages Augusto, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Serra Soares Forte, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Albertina Carmo Félix Miranda Ferreira, em substituição de Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da

## ATA Nº 6

### SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: -----

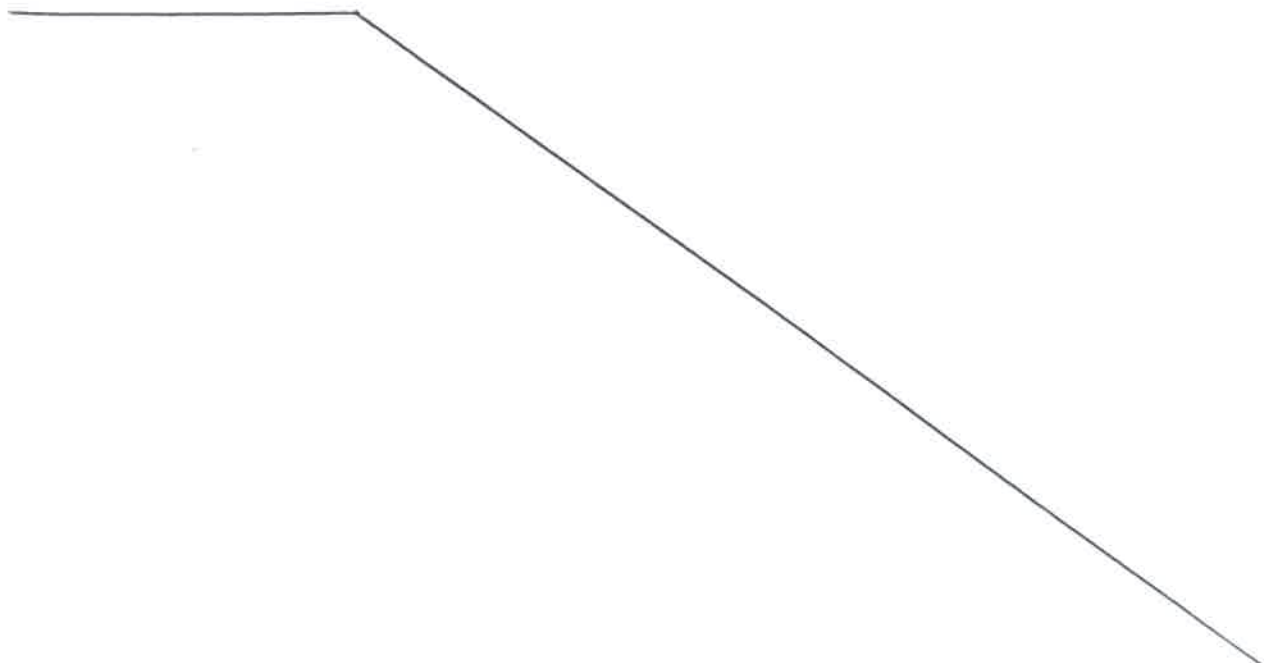
----- Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Bruno Miguel Alves Pacheco, Carmina Maria dos Santos Lopes, David Manuel da Rocha Santos, Alexandra Patrícia Vilaça Forte em substituição de Diogo Alexandre Lages Augusto, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Graciano Sebastião Cardoso Martinho, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Serra Soares Forte, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Albertina Carmo Félix Miranda Ferreira, em substituição de Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

Glória Cardoso Gomes, Paulo Jorge Ferreira Machado, em substituição de Telmo Afonso da Mota Viana, Sara Cristina Oliveira dos Santos, em substituição de Tiago Margarido Silva Carvalho, Valentina Sanchez Silva e Vítor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Por inerência, estiveram presentes: Francisco Alves Laranjeira (Freguesia de Baguim do Monte); Rui da Mota Correia (Freguesia da Lomba); Maria da Conceição Loureiro, em substituição de Nuno Filipe Brito da Fonseca (Freguesia de Rio Tinto); Isidro Ferreira de Sousa (União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo); Felisberto Almeida, em substituição de António José Ribeiro Braz (União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (União das Freguesias de Melres e Medas). -----

----- Verificou-se a ausência dos Senhores(as) Deputados(as), Cecília Bibiana Martins da Silva, em de substituição de Joaquim dos Santos Barbosa, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Joana Patrícia Fonseca Cardoso, Luís Filipe Ramos Fernandes, Maria Olinda Soares de Moura e Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira (União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova). -----



24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 24 DE ABRIL DE 2018 (3ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**A-** Período de Antes da Ordem do Dia

**B-** Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (26.02.2018).
2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
  - a) Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017
  - b) Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018
  - c) Gestão, conservação e manutenção do equipamento “Parque Urbano da Quinta das Freiras” – Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Rio Tinto
  - d) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 1º Grau
  - e) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 2º Grau
  - f) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 3º Grau
  - g) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 4º Grau
3. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (fevereiro e março de 2018).

**C-** Período de Depois da Ordem do Dia.

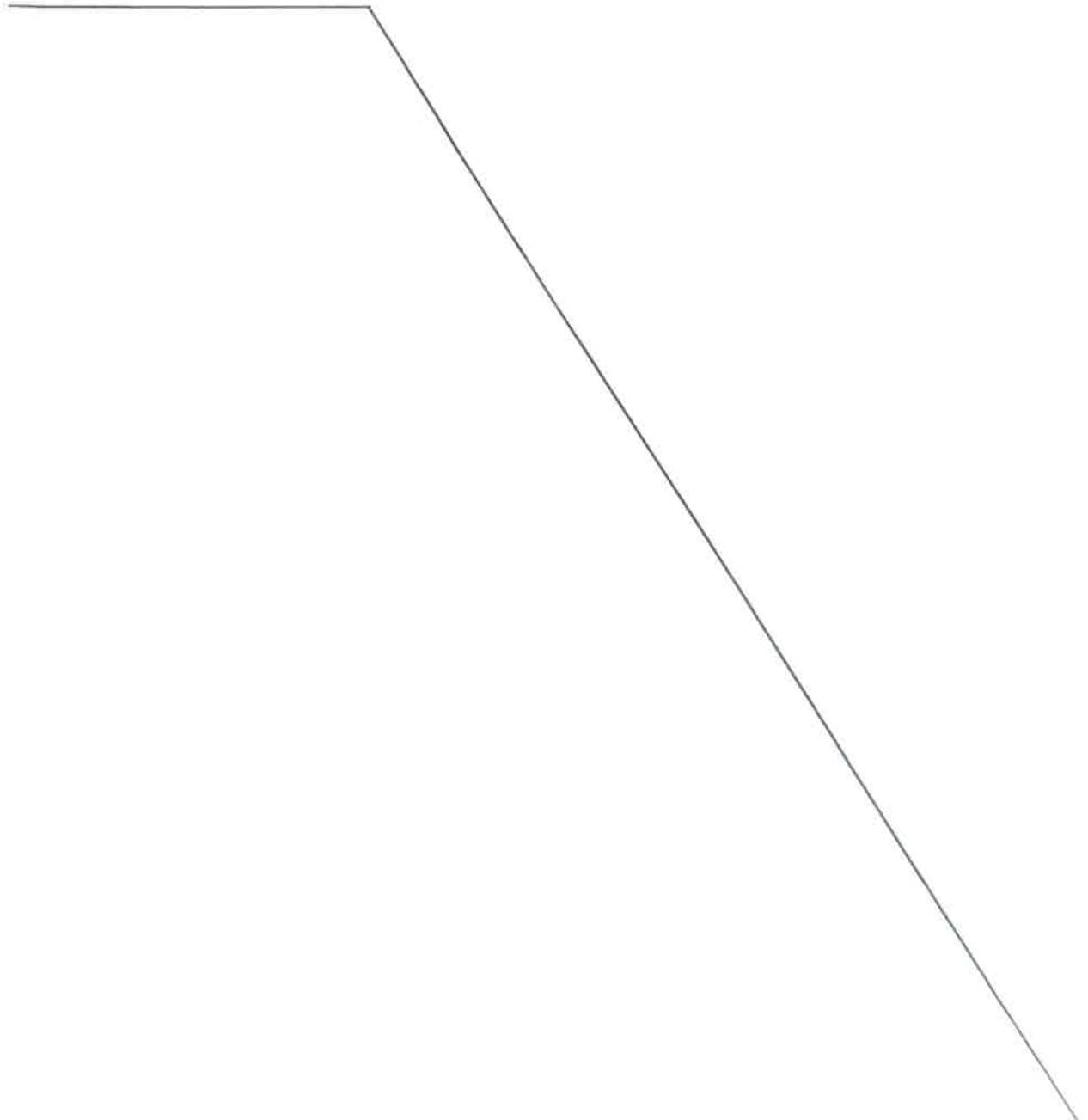
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
(Aníbal Jaime Gomes Lira)

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- Foi verificada a identidade e legitimidade dos(as) Senhores(as): Sara Cristina Oliveira dos Santos, Albertina Carmo Félix Miranda Ferreira e Paulo Jorge Ferreira Machado, que estiveram presentes em substituição dos Senhores(as) Deputados(as): Tiago Margarido Silva Carvalho, Mário da Rocha Gonçalves e Telmo Afonso da Mota Viana, respetivamente, que pediram substituição, cujos documentos ficam anexos a esta ata. -----



24. ABR 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e quatro dias do mês **abril** do ano **dois mil e dezoito**, compareceu, em substituição do Senhor Tiago Margarido Silva Carvalho a Senhora **Sara Cristina Oliveira dos Santos**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 14302069, válido até 09-04-2028, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista do Bloco de Esquerda, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

A ELEITA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

24. ABR 2018



## TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e quatro dias do mês **abril** do ano **dois mil e dezoito**, compareceu, em substituição do Senhor Mário da Rocha Gonçalves a Senhora **Albertina Carmo Félix Miranda Ferreira** para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 07421326 1ZZ0, válido até 18-08-2019, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista Valentim Loureiro Coração de Ouro, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

A ELEITA

24. ABR 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



## TERMO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE

Aos vinte e quatro dias do mês **abril** do ano **dois mil e dezoito**, compareceu, em substituição do Senhor Telmo Afonso da Mota Viana o Senhor **Paulo Jorge Ferreira Machado**, para os fins previstos no artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, tendo sido verificada a sua identidade através Cartão de Cidadão nº 09725246, válido até 26-11-2020, bem como a sua legitimidade, por se encontrar posicionado no lugar imediatamente a seguir na ordem da lista PPD/PSD - Gondomar no Coração, apresentada nas eleições autárquicas realizadas em 01 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

O ELEITO

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Na reunião de Líderes, foi levantada uma questão que se prendia com a ordem de trabalhos, quanto à sua legalidade, depois de muita discussão e para que os ânimos ficassem menos exaltados eu disse que ia pedir um parecer jurídico sobre a matéria, o qual me chegou em tempo oportuno, que é relativamente aos pontos que iam a deliberação da Câmara hoje de manhã, era sobre essa matéria que alguém punha em causa a sua legalidade, o qual diz que é completamente legal, desde que os documentos venham com quarenta e oito horas de antecedência para os Senhores Deputados que a deliberação seja tomada no mesmo dia, antes da Assembleia Municipal, a deliberação, não os documentos, os documentos foram entregues na sexta feira, por consequência o problema que esse grupo afirmava, resulta na informação dos serviços jurídicos de que é legal a deliberação ser tomada antes da reunião de Câmara (leu a conclusão do parecer), o qual se anexa. -----

----- Também recebi uma carta, que informa a ausência de um Grupo Parlamentar, dado que cada um pode fazer os protestos quando entender, mas que eu classifico de inverdadeira, face à minuta da ata da reunião de Líderes e face aos líderes que estavam na Assembleia, há coisas que não se devem escrever, não foi o que se passou na reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

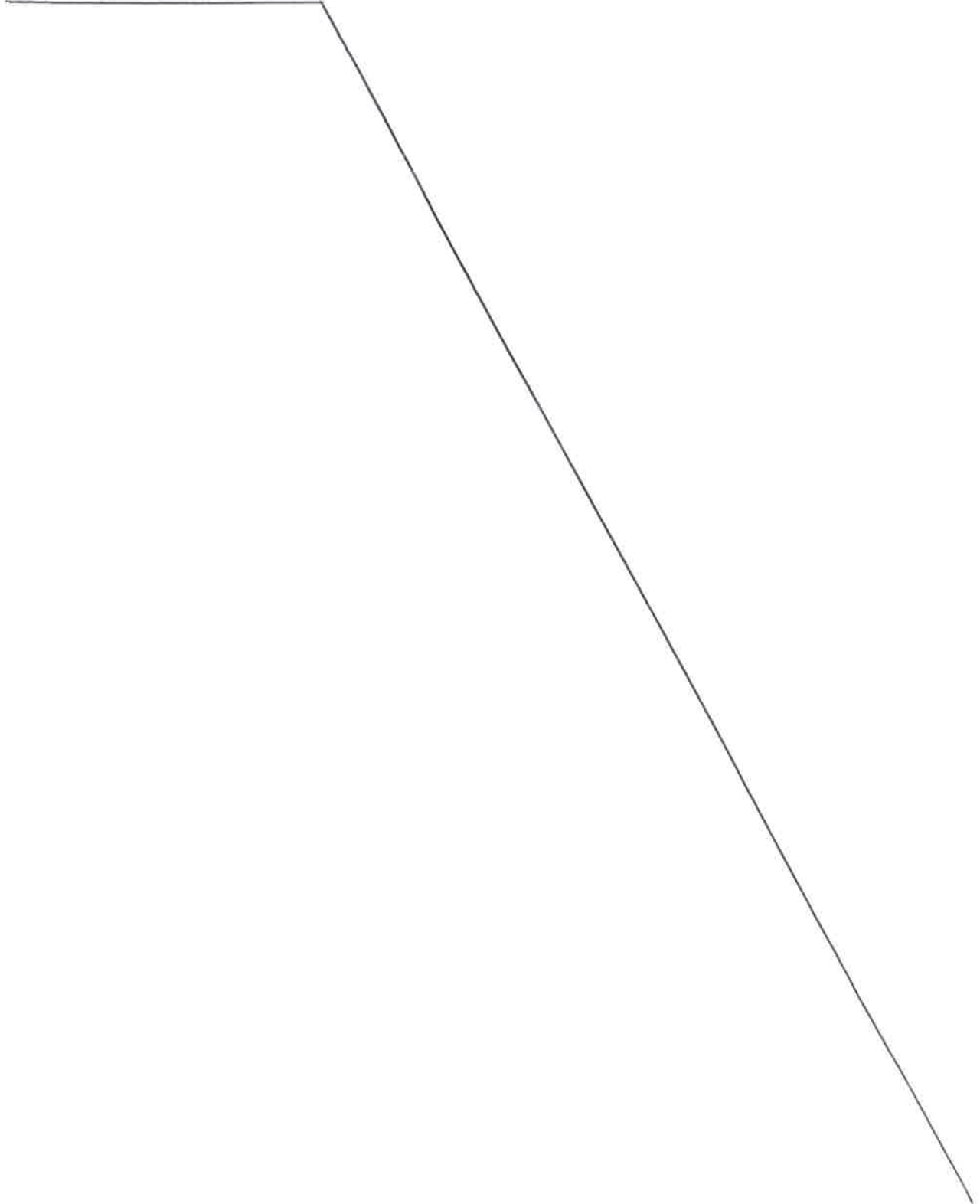
----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Conforme combinado em reunião de líderes a mesa propõe um Voto de Pesar ao nosso conterrâneo Paulo Ferreira, ilustre desportista do nosso Concelho, que se encontrava com doença prolongada. A proposta foi aceite por todos, pelo que foi feito um minuto de silêncio. -----

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- ANA PÃO TRIGO (PS) – Leu e apresentou documento, sobre “Abril, mês da Liberdade e mês Internacional da Prevenção dos Maus-tratos na Infância”, que adiante segue. -----



24. ABR 2018



Boa noite,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Mesa,

Exmos. Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente e Srs. Vereadores,

Exmos. Srs. Presidentes de Junta,

Exmos. Srs. Deputados e demais Gondomarenses aqui presentes.

---

24 de Abril de 2018

Abril é, para nós Portugueses, o mês da Liberdade. Coincidentemente é o mês internacional da Prevenção dos Maus-tratos na Infância. Uma coincidência que dá que pensar... pelo menos, assim espero! Que o que vou aqui dizer sirva para nos pôr a pensar, no mínimo!

Hoje, não venho falar-vos de estatísticas, nem de números... se há mais crianças batidas, violadas, negligenciadas ou em absentismo escolar. De números já estamos todos fartos... Venho falar-vos de pessoas... Aquelas pessoas que vão tomar conta do nosso país, o país dos cravos, e a quem foi vedada a liberdade em tenra idade! Sim, foi, é todos os dias... Todos os dias há inúmeras (vejam que até a gramática mete sempre os números ao barulho!), inúmeras crianças a quem é violada a sua integridade física, psicológica e moral. Onde anda a liberdade dessas crianças? São menos dignas de abril do que nós? Nós que, mal ou bem, seguimos como formigas atrás de uma bandeira em nome da liberdade... que pensamos tudo fazer, mas que na verdade pouco ou nada fazemos! Enquanto estamos para aqui a falar sobre isto, há mais do que uma criança a assistir a uma cena de violência doméstica, há mais do que uma criança que não toma banho, que não come, há mais do que uma criança a quem foi impingida a ideia da obediência cega pela força da palmada... Muito bem Srs. Deputados, é preciso falar sobre estas coisas, mas então ainda não falamos o suficiente, não fizemos o suficiente...

Não sou a primeira pessoa a dizer isto, nem serei a última: a educação das crianças deve ser a prioridade de todo e qualquer país que se digne a chamar-se de desenvolvido!

Questionei, antes de redigir este documento, dois especialistas nesta matéria, daqueles altamente qualificados e que deviam ser mais escutados, aqueles que falam com o máximo rigor científico, o rigor que vem do seu coração. Um dos especialistas em matéria de liberdade, com apenas 3 anos de idade e quando questionado sobre este conceito rebuscado respondeu "A liberdade é ir ao McDonald's e brincar!", sábias palavras. O outro especialista, um pouco mais experiente, com 6 anos de idade, afirmou com convicção "a liberdade é estar livre de nos acontecerem coisas más!". Pois é! Devia de ser... para todos!

Toda a criança tem direito à igualdade, à proteção, à alimentação, a ter um teto, à assistência médica, ao amor, a uma família, à justiça, à educação... à liberdade! Liberdade para ouvir uma história ao adormecer, liberdade para sofrer um desgosto amoroso aos 7 anos, sem

24. ABR 2018

que se riam dela, liberdade para fazer de conta por muitos e muitos anos, liberdade para se sujar a comer um gelado...

Liberdade, porque vais sozinha e abandonaste tantos pequenos portugueses!?

Gostamos muito de debater grandes causas internacionais... "Tentamos combater todos os males da terra, quando afinal é na nossa casa que começa a guerra", já diziam os Da Weasel. Não percamos o mundo de vista, mas façamos mais muito mais, aqui, agora! Os números, Srs. Deputados, os números... os números são assustadores!

Que todos os meses sejam de abril para as nossas crianças! Que todos os meses sejam meses em que nos dedicamos à prevenção dos maus-tratos na infância! Denunciemos, sem medo, sem medo de sermos livres!

Um grande obrigado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar, a todos os seus parceiros e entidades nela representadas, por tentarem, a cada dia, devolver a liberdade às nossas crianças!

Vivam as crianças! Viva o 25 de Abril para todos os portugueses... ainda que a sua história conte poucos anos de vida!

P'la Bancada do Partido Socialista

*Aurora Rodrigues*

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- MANUEL MARQUES (PSD) - O que me trás aqui hoje é o seguinte. Eu sou portador de um cartão, que é um cartão dourado, que se chama Idade D'Ouro. Eu senti-me extremamente importante de ter um cartão dourado, oferecido pela Câmara Municipal o ano passado e o prospeto que acompanhava este cartão, dizia que nós, os mais idosos, tínhamos muito boas condições, como ter descontos em vários estabelecimentos, ter pelo menos um dia de convívio anual, que tivemos, e isto traz-me uma questão importante. Fiquei convencido de que isto era uma prática que se iria desenrolar ao longo de vários anos, mas tenho um amigo que me disse "tu és burro", isso era só para o ano das eleições e eu não acredito que gente responsável, como uma Câmara Municipal, ande a brincar connosco, com os velhos Gondomarenses, realmente chego a este ano e acontece nada, convívios com as pessoas mais idosas, que trabalharam, até hoje foi zero, não vejo nenhum programa que nos vão juntar, a não ser num funeral e deixo uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, no tempo da sua intervenção se poderá responder, se eu sou o burro, ou se é o meu amigo que é burro? Segundo ponto, relativamente à questão que nos foi entregue há poucos minutos, não sei quantas páginas escritas que nos entregaram aqui a dizer que efetivamente alguns pontos que estão na agenda da Assembleia Municipal, é perfeitamente legal (leu o ponto número doze, do parecer). A minha questão que gostaria de levantar aos colegas Deputados, à Excelentíssima Mesa e aos representantes da Câmara Municipal, o que é que é a Câmara Municipal. Para mim a Câmara Municipal é um conjunto de pessoas que foram eleitas, não só os que estão na gestão executiva, como os que estão como Vereadores sem terem pelouros atribuídos, e como aqui é dito as propostas devem ser submetidas pela Câmara Municipal. Como é que uma Câmara

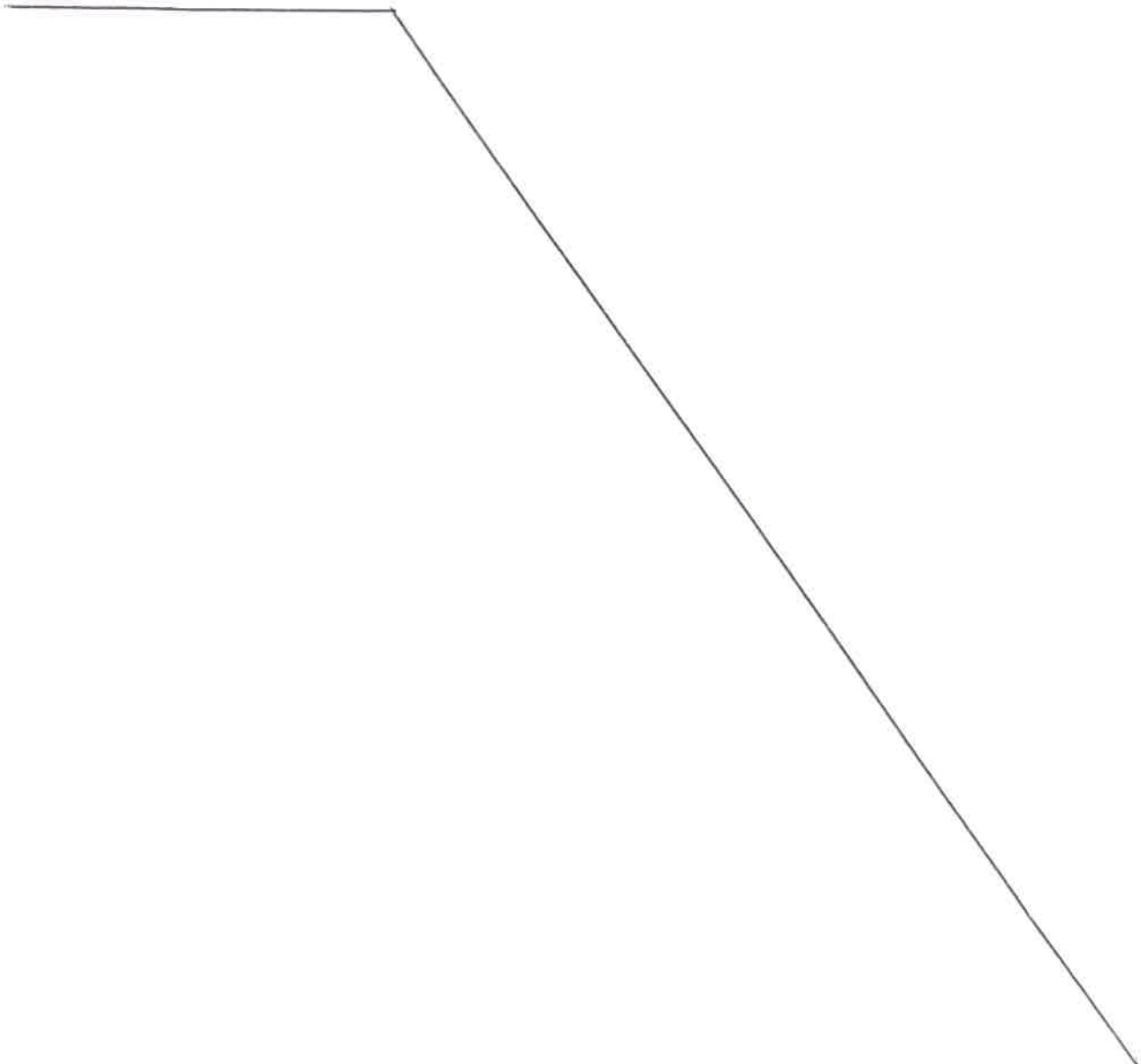
24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

Municipal, que não teve reunião absolutamente nenhuma, em que os representantes das várias fações que foram eleitas para estar na Câmara Municipal, nem tiveram acesso à reunião que decorreu hoje de manhã, como é que a Câmara está a remeter com dois dias de antecedência à Assembleia Municipal? Nós Coligação PPD/CDS achamos isto uma ilegalidade total. -----

----- MANUEL ANTÓNIO (PS) – Leu e entregou documento, sobre o “1º de Maio”, que adiante segue. -----



24. ABR 2018

Exmo.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gondomar

Antes de mais, pretendo neste 1º de Maio, iniciar esta intervenção, desejando a todos os trabalhadores portugueses um feliz Dia do Trabalhador e prosseguir realizando uma retrospectiva histórica deste dia.

Parafraseando o historiador Marc Bloch, “a incompreensão do presente, nasce fatalmente da ignorância do passado”, pelo que devemos recordar sempre a importância histórica deste dia.

Remontando às origens do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, podemos constatar que este dia é o culminar de muitas lutas encetadas pelos trabalhadores ao longo da nossa história. No início do século XIX, os trabalhadores laboravam entre 12 a 18 horas diárias, em condições sobre-humanas, com repercussões ao nível da saúde e das relações familiares. No devir da história, realizaram-se várias manifestações à escala global, nomeadamente nos Estados Unidos, no dia 1 de Maio 1886, ficando conhecida como a manifestação dos “mártires de Chicago”. Em França, a 1 de Maio de 1891, outra manifestação culminou com a morte de dez pessoas. Perante estas contestações, a Internacional Socialista propôs lutar pelas 8 horas de trabalho diário, seguindo-se outras iniciativas da mesma organização, até à proclamação do dia 1 de Maio como Dia Internacional de Reivindicação das Condições Laborais.

Naturalmente, estas reivindicações tiveram repercussões em Portugal, no 1º de Maio de 1890, assinalando-se alguns piqueniques de confraternização, romagens, alguns discursos e homenagens a alguns operários ativistas, que perderam a sua vida na luta pelos direitos laborais. As alterações sociais mais significativas aconteceram nos finais da Monarquia e foram consolidadas durante a 1ª República, alcançando-se algumas conquistas, nomeadamente a lei das 8 horas de trabalho para os trabalhadores do comércio e da indústria.

Posteriormente, já na vigência do Estado Novo, realizaram-se greves no ano de 1962, com vista a tornear os obstáculos do regime à expressão das liberdades (greves dos pescadores, corticeiros, telefonistas, bancários, carris e CUF), juntamente com a revolta dos agricultores Alentejanos a 1 de Maio de 1962.

O 1º de Maio mais extraordinário e exuberante em Portugal aconteceu após o dia 25 de Abril, no ano de 1974, ao qual se juntou a conquista das liberdades e o direito pela primeira vez a um feriado nacional, nesse dia.

Decorrido mais de um século depois dos primeiros episódios relatados, é hoje claro que estas conquistas foram alcançadas à custa de muito sangue derramado e que

24. ABR 2018

a luta ainda não terminou e existe um longo caminho a percorrer por condições dignas de trabalho e pelos direitos dos trabalhadores, muitas vezes vítimas, em pleno século XXI, de situações de escravatura, assédio moral, físico e psicológico, por senhores que agem de forma déspota, negando os direitos historicamente conquistados.

Esta realidade deve contribuir para adquirirmos maior responsabilidade e procurarmos uma maior unidade da classe trabalhadora, com a finalidade de nos fortalecermos na busca incessante pelos nossos direitos. Não obstante, todas as dificuldades pelas quais os trabalhadores portugueses passaram e infelizmente alguns continuam a passar, entendo, estarmos, neste momento, a ultrapassar com sucesso a crise económica e social que abalou o nosso país.

Acreditamos, que todo o esforço valeu a pena, por lutarmos por um país melhor, mais próspero, verificando-se sinais animadores para toda a classe trabalhadora, com o aumento dos salários mínimos, o desemprego em queda, os aumentos nas reformas mais baixas e o apoio social a idosos.

No entanto, continuam por legislar algumas alterações às leis do trabalho, que denotam muita precariedade, bem como a reposição de rendimentos que constituem um direito dos trabalhadores portugueses, após anos de estagnação salarial.

Não nos deixemos, deste modo, acomodar, porque ainda é necessário conquistar muito mais. Devemos também pugnar pela criação e manutenção das entidades representativas, ao serviço dos trabalhadores, defendendo-as e simultaneamente fortalecendo-as, para que possam cumprir o papel de mediadores, salvaguardando os direitos dos trabalhadores, apoiando, participando e contribuindo, para que sejam fortes e respeitadas no contexto social em que se inserem.

Contamos, assim, com as entidades governamentais para ajudar nas condições de vida do nosso povo trabalhador e com uma classe empresarial digna dos seus atos.

Vivemos num país democrático, em que o voto será sempre a melhor arma ao serviço de quem trabalha e a pensar nas gerações vindouras.

O respeito pelos direitos dos trabalhadores é a chave fundamental da engrenagem na construção do desenvolvimento do nosso País. Bem hajam.

Parabéns aos trabalhadores portugueses!

Viva Portugal!

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

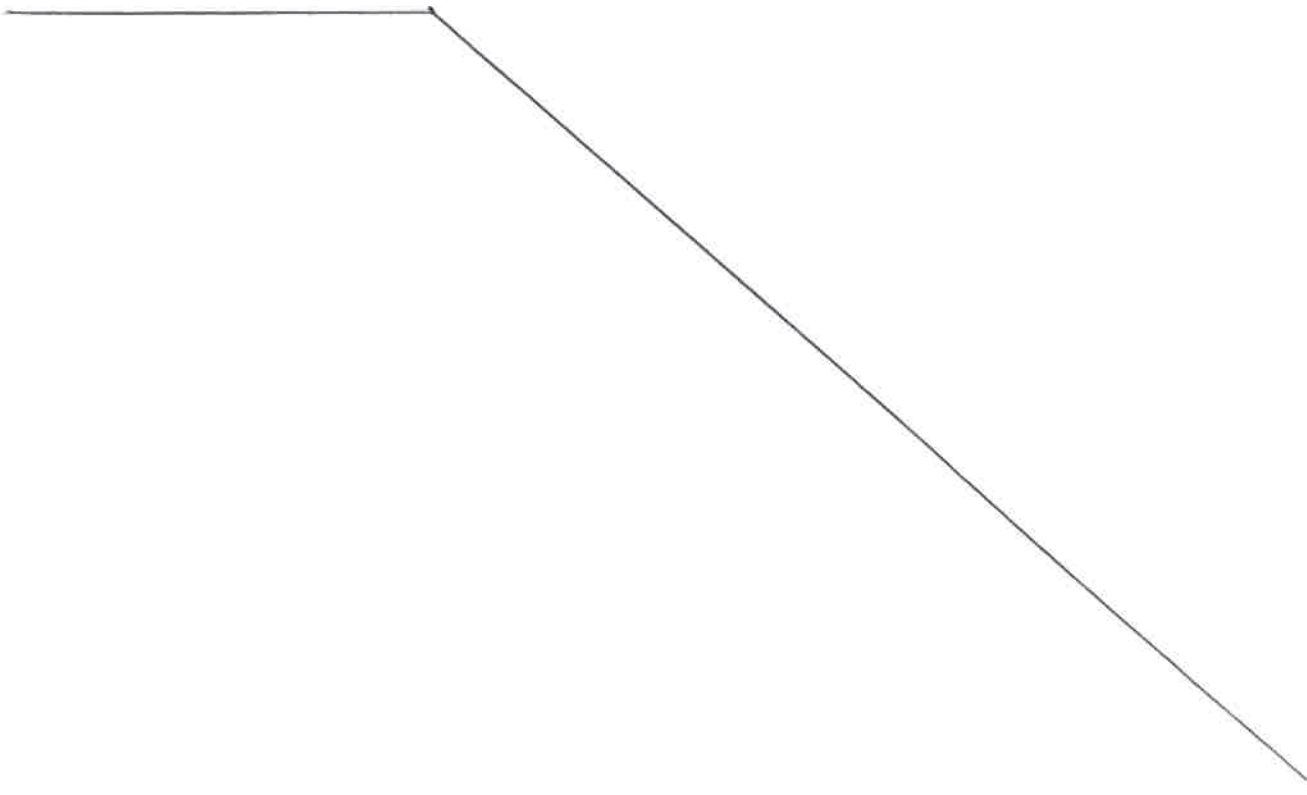
*António Borges*  
*Francisco Gomes*  
*António Borges*  
*M. S. Gomes*  
*mesa*

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- ANTÓNIO BRÁZ (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) – Hoje, na vida política é cada vez mais difícil dizermos bem, mesmo daquilo que se faz bem. Hoje, venho aqui dizer bem de alguma coisa. Estive hoje na Rede Gondomar Qualifica, na CINDOR e foi um momento interessante, de algum otimismo, o debate era sobre “Nos caminhos da qualificação e empregabilidade” e por isso venho aqui hoje dizer bem e venho dizer bem da vida cultural do nosso Concelho, que hoje é pujante, os agentes culturais estão de parabéns e quero saudar também o Senhor Vice-Presidente da Câmara que tem sido o motor dessa pujança. Começo a me cansar de haver muitos agente a puxar Gondomar para baixo e eu quero puxar Gondomar para cima, a nível cultural, nos últimos cinco anos tem sido uma nota mais e quero regista-la aqui. Agora um registo menos positivo. Sou apenas o transmissor de uma mensagem, há dois meses fiz aqui uma intervenção sobre a ETAR de Gramido e hoje tive o prazer de receber um habitante de Valbom que me entregou uma carta. Leu e entregou à Mesa, que adiante segue. -----



24. ABR 2018

António José da Silva

Valbom

*Decreto de cont  
do presidente*



Ao

Conselho Administração das

ÁGUAS DE GONDOMAR

Assunto: CONVITE PARA MUDANÇA DOS VOSSOS GABINETES PARA JUNTO DA ETAR DE GRAMIDO.

Exm<sup>as</sup> Senhores:

Numa das últimas reuniões da AM o presidente da minha JF incentivou esse CA a estacionar junto da ETAR durante alguns dias.

Os cheiros são constantes, como hoje há AM, vou entregar ao mesmo um convite para V. Ex<sup>as</sup>..

Cumprimentos,

Valbom 24 de Abril de 2018

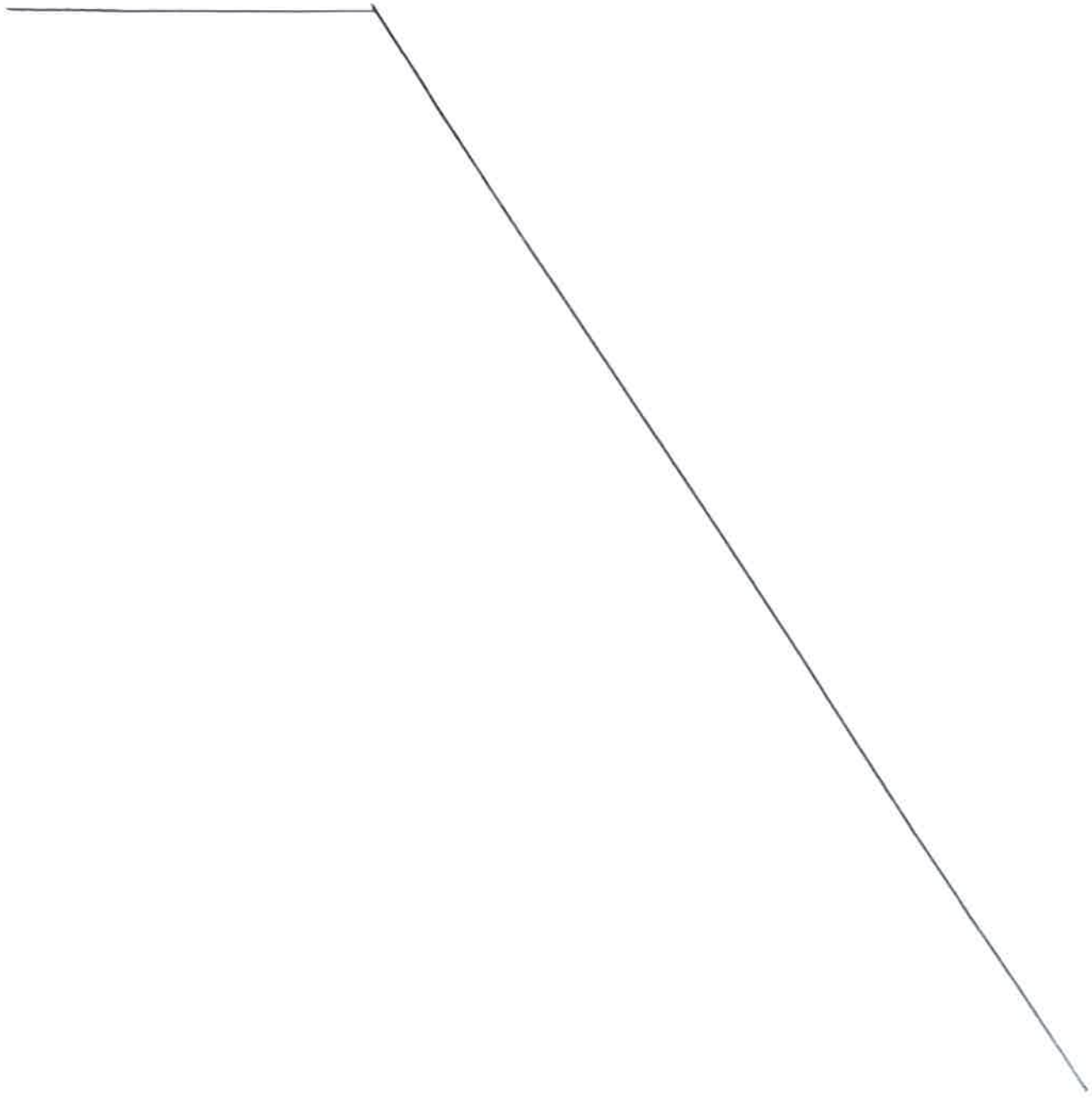
*António Jo Silva*

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- BRUNO PACHECO (BE) – Apresentou os seguintes documentos: Um voto de Pesar, pela morte de Marielle Franco, Vereadora no Rio de Janeiro; Uma Saudação ao 1º de Maio; Uma proposta para a criação de uma comissão de trabalho para discussão e apresentação de propostas para o novo traçado do Metro para Gondomar; Uma proposta de recomendação sobre “A água é um bem público, não pode ser privatizada” e um pedido de informação, relativo ao Movimento Associativo, que adiante seguem. -----



24. ABR 2018



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

*24. ABR 2018*  
*Assimido por*  
*representante do*

## Voto de pesar

No passado dia 14 de Março, na região central do Rio de Janeiro, foi morta a vereadora Marielle Franco, atingida por quatro tiros disparados dum carro que se aproximou da viatura em que seguia com o motorista Anderson Gomes e a sua assessora Fernanda Chaves.

Marielle Franco era mulher. Era negra. Era oriunda de uma favela. Era socióloga, fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Era mãe. Era lésbica. Marielle Franco coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Era defensora dos direitos humanos desde que perdera uma amiga apanhada num tiroteio na favela Complexo da Maré. E denunciava o racismo e os abusos da polícia de uma das cidades mais violentas do Mundo.

Marielle Franco era uma ativista corajosa, eleita nas listas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Era a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, sendo que no Brasil, diferentemente do que ocorre na nossa organização autárquica, a vereação é o órgão deliberativo do município.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária em 24 de Abril de 2018, delibera:

**- Aprovar um voto de pesar pela morte de Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro e exprimir a mais firme condenação deste crime bárbaro**

O representante do Bloco de Esquerda

24. ABR 2018



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

### Saudação ao 1º de Maio

Neste 1º de Maio assinalamos os 132 anos dos acontecimentos de Chicago, uma acção pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida, com o assassinato de vários trabalhadores e a condenação à morte de dirigentes sindicais. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal este 1º de Maio de 2018 tem um significado especial. Estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários.

Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores, a brutal diminuição do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.274.032 trabalhadores em 2010 para apenas 194.538 trabalhadores em 2013), os cortes nos salários e a estagnação das carreiras impulsionadas pelas políticas da troika.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de consagrar as 35 horas como duração do trabalho semanal. É tempo de dinamizar a contratação coletiva.

O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da austeridade, enfrentando as orientações da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em sessão ordinária em 24 de Abril de 2018, associando-se a este evento mundial, delibera:

**– Saudar o 1.º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril.**

A/O representante do BE

*Doc. 5*  
*Proposto por comissão*  
*com o parecer do PSD e CDS*  
*de 1 de maio. (Votado)*

24. ABR 2018



## É urgente discutir o metro, e já!

*Doc. 3*  
*Prejeitado com*  
*votação do PS*  
*L. B. Ribeiro*  
*do mod. Valente*

Mais um programa de apoios comunitários e Gondomar ficou para trás e viu adiada a extensão do metro para o resto do concelho.

Gondomar é um dos concelhos do país onde a falta de alternativas ao transporte público é nítida e grave.

Para o Bloco de Esquerda não fugimos do que é fundamental, não podemos continuar a ter uma linha do metro que acaba em lado nenhum e não serve as pessoas, este é um assunto que toca no fundamental na vida das pessoas, numa altura em que se fala tanto em pactos de regime, então este é o desafio dos tempos que devemos abraçar.

O metro em Gondomar só poderá chegar, se houver uma força e capacidade política que faça da discussão um elemento fundamental para as pessoas e não uma batalha para levantar bandeiras políticas, este é o momento de fazer os debates sérios, para tomar medidas concretas capazes de mudar a vida das pessoas.

Em Assembleia-Ordinária reunida dia 24 de Abril de 2018, o Bloco de Esquerda propõe a votação nesta Assembleia o seguinte:

- Criação de uma comissão de trabalho, representada por todas as forças políticas desta Assembleia para discussão e apresentação de propostas para o novo traçado do metro que permita chegar a Gondomar.

24. ABR 2018

# Proposta de recomendação

*Doc. 1*  
*Proposta de recomendação*  
*Arto 109.º do Reg.º Municipal*  
*do munic. Vila Verde*

## A água é um bem público, não pode ser privatizada

A água é um bem público, não pode ser privatizada

As autarquias estão a ser confrontadas com uma ofensiva governamental contra a autonomia do poder local. Também na gestão pública dos sistemas de águas, a proposta do governo sobre a designada

“Reestruturação do Sector das Águas”, no seguimento da Lei nº 12/2014, de 6 de Março, retira às autarquias a responsabilidade da administração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de Com esta designada “Reestruturação”, que impõe a fusão dos atuais 19 sistemas multimunicipais em apenas cinco: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo e EPAL, Águas do Alentejo e Águas do Algarve, são postas em causa as legítimas opções das autarquias, é imposto o aumento generalizado dos tarifários independentemente das decisões municipais, as receitas e os activos dos sistemas em alta realizados com investimento autárquico são transferidos para novas entidades, o papel das autarquias nos sistemas “em alta” é desvalorizado, é dado um grande passo para a privatização

A privatização não resolverá nenhum problema do sector das águas. A privatização do sector prejudicará o país como um todo, induzirá um custo ao utilizador muito acima do necessário e cavará a desigualdade social no acesso à água.

Gondomar não é excepção, durante anos o município tem vivido refém de um contracto de concessão que só prejudica o município e as pessoas.

Para o Bloco de Esquerda não existem duvidas que o contracto de concessão não tem sido cumprido pelas águas de Gondomar, o executivo não pode continuar a fazer vista cega a este assunto e deve exigir perante as águas de Gondomar um serviço digno e publico que sirva as pessoas.

Assim, o Bloco de Esquerda em Assembleia Municipal, reunida em 24 de Abril de 2018, Recomenda:

- Revisão e fiscalização por parte do executivo, de todas as cláusulas vigentes no contracto de concessão, no sentido de se averiguar o não cumprimento do contracto em execução.
- No caso de se verificar o não cumprimento do contracto aplicar sanções politicas que possa reverter as situações de não cumprimento.

O Grupo autárquico do Bloco de Esquerda

24. ABR 2018



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. P. S.', located in the top right corner of the page.

**Bloco de Esquerda**

### **Movimento associativo!**

Num momento crucial para muitas colectividades, onde se prepara mais um ano para o concurso de apoio ao movimento associativo, muitas dessas colectividades tem denotado preocupação por ainda não existir nenhum plano por parte do executivo sobre os novos concursos ao movimento associativo.

Para o Bloco de Esquerda, nos partilhamos a preocupação das colectividades e nesse sentido colocamos duas pergunta ao executivo.

Para quando o novo programa de apoio ao movimento associativo?

Para quando a actualização no site da Câmara, dos protocolos a que as associações podem concorrer?

24. ABR 2018



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- GRACIANO MARTINHO (VALENTIM) – Senhor Presidente da Assembleia, estou surpreendido pela forma que eu considero infeliz, como foi marcada esta Assembleia nas vésperas de uma data que devia ser respeitada, que é o 25 de Abril, hoje é dia de festejo, não é dia de Assembleia, pelo menos pelo meu Grupo achamos uma afronta ao voto que os Gondomarenses nos deram, devia de haver mais cuidado com esta situação. Não só considero desajustada a marcação desta Assembleia para hoje, como também o prazo de entrega da documentação para auscultação a todos os Deputados atempadamente, nós não somos funcionários da política, necessitamos de tempo para seriamente sabermos o que estamos a fazer, com responsabilidade, não estou a dizer que não esteja correto, tem de haver um respeito pelos Deputados do principal Órgão Autárquico do Município. Quanto ao prazo das quarenta e oito horas, sobre o parecer legal, eu não discordo, mas não é nada digno. Dizer que sobre os pontos apresentados nesta ordem de trabalhos e para saberem já qual é a nossa posição, a ata é pacífica, mas sobre os restantes e começa logo pelo Relatório de Gestão e Prestação de Contas, precisamente pela falta de tempo que não nos deram para com verdade analisarmos as coisas e no nosso movimento, lido de uma forma muito rápida o parecer do ROC nos apercebemos de coisas que de facto não se compreendem e por isso vamos votar contra essa situação, tais como um orçamento da Câmara de alguns milhões, nele não há uma previsão de milhões para eventuais coisas que possam acontecer, em relação a outra situação no vosso relatório de contas, gostava de saber onde está incluída a dívida de onze milhões da Câmara à banca. Por tal motivo e porque não vamos votar assim sem mais nem menos, sem

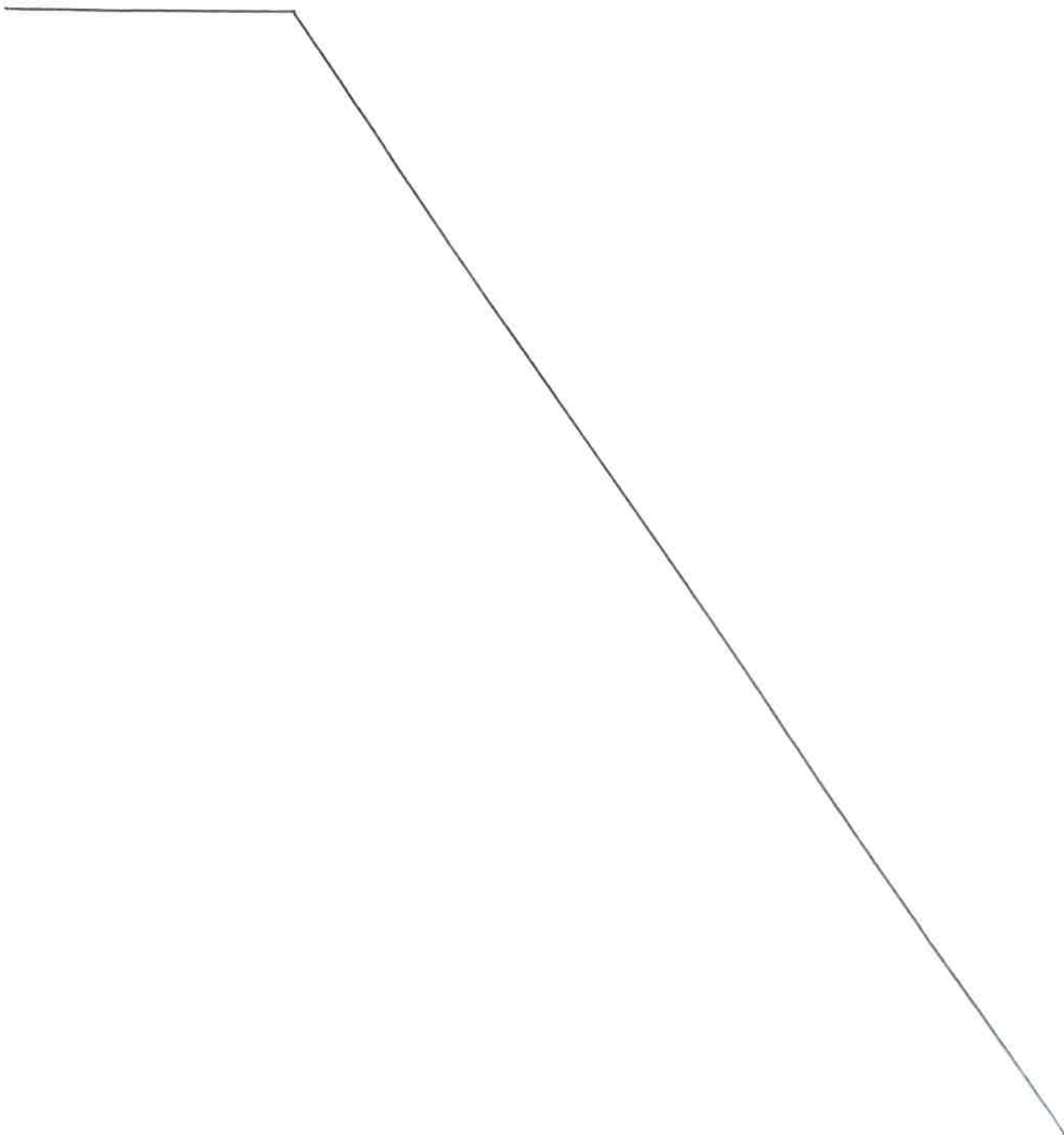
24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

termos tempo de fazer a análise, vamos votar contra e a partir daí vamos nos abster de qualquer participação da Assembleia. -----

----- VÍTOR GUERRA (VALENTIM) – Leu e apresentou uma proposta de recomendação, a fim de ser realizada uma auditoria por entidade externa, ao cumprimento do contrato celebrado entre o Município e a Sociedade Águas de Gondomar, SA., que adiante segue. -----



24. ABR 2018

*Doc. 4*  
*[Handwritten signature]*



GRUPO PARLAMENTAR – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

*Proposta para  
comissão de*

Eximo Senhor  
Presidente da  
Assembleia Municipal  
de Gondomar

O Grupo Parlamentar – “Valentim Loureiro - Coração de Ouro”, vem apresentar proposta de recomendação à Câmara Municipal de Gondomar, afim de ser realizada uma auditoria por entidade externa, ao cumprimento do contrato de celebrado entre o Município e a sociedade, Aguas de Gondomar, SA, no que se refere aos anos de 2013 a 2018, na vertente do cumprimento na parte de realização de infraestruturas, e ainda, das responsabilidades financeiras que recaem sobre a sociedade na sequência do contrato.

A Assembleia Municipal não dispõe de meios técnicos ou financeiros, para realizar dita auditoria, que terá todo o interesse para os Municípes, e mesmo para a Câmara Municipal, que devidamente respaldada num parecer técnico estará em melhores condições de exercer a sua função fiscalizadora do cumprimento do contrato.

Por uma questão de transparência, dita auditoria deve ser objeto de concurso público, ressalvando-se de início a exclusão do concurso de concorrentes que exerçam funções de auditoria, na sociedade Aguas de Gondomar, ou em entidades que sejam sócias da mesma.

Gondomar, 24 de Abril de 2018

24. ABR 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VALENTINA SANCHEZ (PSD) – “O assunto que me traz aqui prende-se com o tratamento incorreto, podendo dizer até, menor, que este executivo, com a complacência do presidente deste órgão, tem para com os deputados municipais, e inerentemente para com a população que em nós depositaram o seu voto. -----

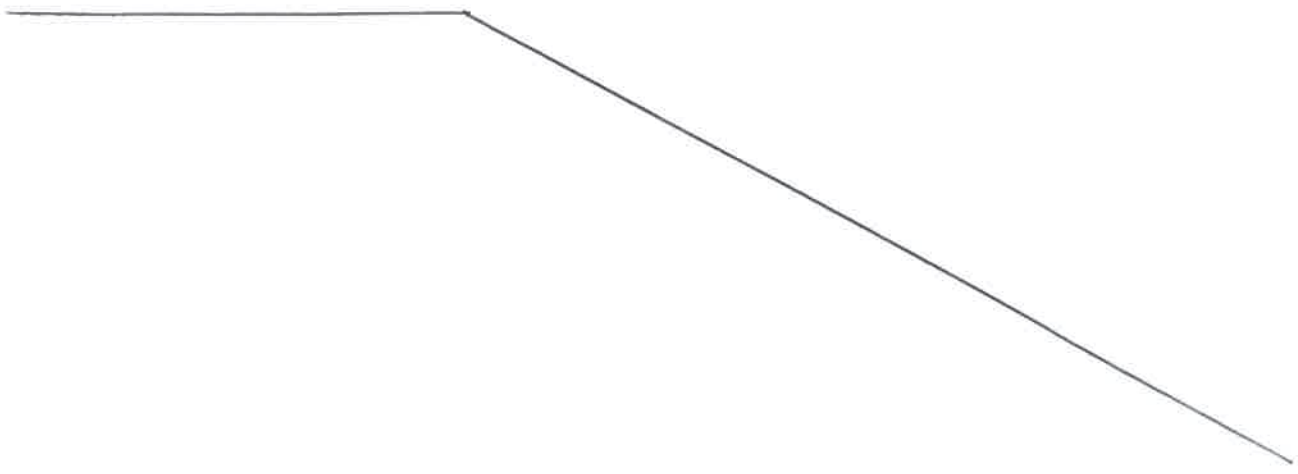
----- Já por uma vez - supostamente com carácter excecional - autorizaram que a documentação discutida e sujeita a aprovação neste órgão não fosse precedida de aprovação em tempo legal por parte deste executivo! -----

----- Por isso, a bancada PPD PSD vem pelo presente dizer basta e exigir respeito por todos os deputados municipais e pelas suas funções, não compactuando com esta atrocidade emanada pelo executivo e assembleia municipal! -----

----- Caros deputados, estamos a tempo de nos unir e puxar pelo estatuto deste órgão e solicitar a retirada dos pontos que se enquadram nesta situação. -----

----- Assim, numa data comemorativa onde se valorizam os princípios da democracia, reservamo-nos ao direito utilizar todos os meios legais e possíveis para repor a legalidade, recorrendo até a impugnação!” -----

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) - Leu e entregou documento, relativamente ao ponto dois da ordem de Trabalhos, que adiante segue. -----





### Ponto 2 da ordem de trabalhos

Em conformidade com o expresso no n.º 2 do artigo 53º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, que designadamente estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais “A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.”.

Ora relativamente às diversas alíneas do ponto 2 da presente ordem de trabalhos, constata-se que, com exceção da sua alínea a), todas foram apenas objeto de discussão e votação na reunião do Executivo Municipal ocorrida na manhã de hoje, tendo as inerentes deliberações nos sido remetidas e disponibilizadas na tarde do dia de hoje.

Ora tal realidade viola claramente o disposto na supratranscrita alínea da identificada lei, limitando de forma acintosa a capacidade de os membros desta Assembleia poderem, com suficiência e oportunidade, promover, nomeadamente no seio dos seus partidos, o debate preparatório do sentido de voto a tomar, relativo a cada uma das citadas alíneas inclusas na ordem dita de trabalhos.

Por assim ser e por entendermos corresponder a manutenção de tais alíneas, no computo dos assuntos em discussão na presente sessão deste órgão, a uma clara e inadmissível violação, não apenas das regras legais aplicáveis, mas por ventura mais importante, a um inequívoco desrespeito pela dignidade formal do órgão como da dignidade pessoal dos seus membros,

o CDS/ PP não podendo pactuar com tais mefíticos comportamentos, declara que se ausentará da sessão, não intervindo no competente debate, logo que os invocados assuntos sejam objeto de tratamento na inerente sequência da presente ordem de trabalhos.

24. ABR 2018



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Vou tecer algumas coisas sobre o regimento, mas com a mesma cara, com o mesmo corpo e o mesmo espírito democrático. Estava como Líder Parlamentar no passado recente do outro mandato e a posição que tinha no passado, é a mesma que tenho agora, quero dizer que admito que alguns senhores deputados agora tenham uma posição diferente já me custa admitir que outros Senhores tenham mudado agora. Quero dizer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que conta com o Grupo do Partido Socialista, com respeito, com consideração e pedimos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer todos os possíveis para se cumprir a legalidade, porque já estive aqui como Deputado com outros Presidentes e eramos tratados abaixo do mais possível, de algumas forças que os Senhores agora vêm aqui apregoar, mas têm a memória um bocado curta. No regimento, no artigo 35º diz que é entregue nos dois dias e o Partido Socialista está perfeitamente de acordo que os documentos sejam entregues nas quarenta e oito horas, desde que não sejam alterados, já era assim que se fazia no outro mandato. Uma vez que os documentos foram a reunião de Câmara e vêm em conformidade com o que os Deputados têm, nós estamos de acordo com isto, mas queria dizer ao Senhor Presidente, que o Partido Socialista vai refletir para que nós agora vamos começar a cumprir o regimento para os tempos, porque vimos aqui e gastamos o tempo e ultrapassamos o regimento, é preciso começar a cumprir. Sobre a Moção do Metro, nós somos a favor da moção apresentada para fazer a fiscalização das Águas de Gondomar, agora em relação ao Metro, dizer ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que a Câmara está recetiva para ouvir os Senhores Deputados a dar

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

sugestões do traçado, porque nós todos que estamos aqui nesta sala, cada um desenhava um traçado. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Não vou tecer considerações a determinadas coisas que aqui foram ditas, até porque houve quem me propusesse uma ilegalidade na reunião de Líderes, que era marcar uma assembleia municipal para o dia vinte e três, quando a reunião de líderes foi dia dezanove, isso é que era uma ilegalidade. Para ver se isto estava correto ou não, pedimos um parecer jurídico, quem não concorda com o parecer jurídico, não concorda, eu concordo. Um ilustre jurista veio aqui, e parafraseando esse jurista, mencionou uma Assembleia de Freguesia e o executivo de uma Junta de Freguesia, meu caro deputado, o princípio que se aplica a uma Assembleia de Freguesia face a um executivo Junta de Freguesia, é idêntico ao que se apresenta a um executivo da Câmara face a uma Assembleia Municipal. ----

----- MANUEL MARQUES (PSD) – Em defesa da honra. O que me traz cá, é que isto insulta a minha inteligência e o meu conhecimento, o que tenho ouvido aqui. A lei diz que qualquer assunto que deva integrar a agenda da Assembleia Municipal deverá ser proposto pela Câmara Municipal, o Senhor Dr. Manuel Pacheco refere isso no parecer que deu e eu pergunto como é possível estar a fazer o batizado a uma criança que não nasceu, como é que na sexta feira na reunião de Líderes integram numa agenda itens que só foram discutidos hoje de manhã na Câmara, afinal quem é a Câmara? É o executivo ou os outros elementos que fazem parte da Câmara? -----

----- GRACIANO MARTINHO (VALENTIM) – Em defesa da honra. Queria dizer ao Senhor Deputado Fernando Cerqueira, porque fez insinuações sobre Deputados e atitudes de

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

Deputados e penso que se está a querer referir a mim. Dizer que hoje, recebendo a informação de tarde, não posso saber se os documentos foram adulterados ou não em relação ao que foi enviado há dois dias atrás, em princípio sou sempre confiante, mas não tenho que confiar só porque V. Ex<sup>a</sup> resolve pensar e decidir que nós temos de fazer isso. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Quero dar aqui duas notas. Primeiro, o Senhor Presidente da Assembleia convoca a Assembleia quando bem entende e cabe à Câmara naturalmente tomar as devidas deliberações e remeter, mas ao nível municipal diz a lei, há três órgãos autárquicos, há a Assembleia Municipal composta por Deputados que são o tripulo dos vereadores e os Presidentes de Junta, há o órgão executivo que é a Câmara Municipal que tem neste caso onze vereadores e há o Presidente da Câmara que também é um órgão, que convoca as reuniões de Câmara, que as dirige e que envia as coisas para o Senhor Presidente da Assembleia, é bom que não de esqueçam disso e há também uma coisa chamada de delegação de competências da Câmara no Senhor Presidente e depois de subdelegação nos vereadores e respetivos serviços. Também dizer, porque estive muitos anos desse lado e aquilo que os Senhores tanto contestam passou-se dezenas de vezes e nunca vi nem um Presidente da Assembleia estar preocupado em colher pareceres, nem nunca vi tanto “chinfrim” por haver uma convocatória com cinco dias de antecedência, mas eu respeito. Infelizmente cada vez mais, nos meios de hoje através das redes sociais, através dos telemóveis há muito mentideiro, também havia aí um mentideiro muito grande que chegou a várias pessoas, dizendo que a Assembleia era hoje, porque o Senhor Presidente da Câmara ia fazer uma viagem, porem de inventar coisas, criar boatos. -----

24. ABR 2018



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Respondendo aqui às questões colocadas, dizer que é com satisfação que vejo o Grupo Parlamentar Valentim Loureiro, a apresentar um pedido de auditoria às Águas de Gondomar, fico contente que sejam vocês a fazê-lo e podemos ver depois quem é que tomou decisões, quando e quais foram as decisões tomadas e que decisões é que esse executivo reverteu nomeadamente no investimento no Alto do Concelho e na redução da tarifa da água que fizemos e fico contente por ver que se queira discutir o Metro, acho que aqui deve de haver o tal pacto, é que quanto mais cada vimos para a praça pública discutir se o Metro passa mais à esquerda ou mais à direita, mais pomos Gondomar em cheque, deixamos a imagem que Gondomar não sabe o que quer. Para nós, tem de ser o Metro para Gondomar, é esta a função do Executivo, da Assembleia é conseguir trazer o Metro para Gondomar, é esta a minha grande luta é decidir para onde é que vem. A Câmara aprovou hoje, o Programa de Apoio ao Movimento Associativismo, de facto o Senhor Deputado Bruno perguntava qual é o prazo, diz no site, é de dois a trinta e um de maio e para além de todos receberem por email o formulário também poderão descarregá-lo. Também esclarecer os Senhores Deputados que relativamente à questão do Cartão Idade D'Ouro que o Senhor Deputado Manuel Marques falou, dizer que funciona mal, faça reportar e terei todo o prazer em convidá-lo quando houver uma iniciativa. Por fim, dar uma nota ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, que estamos juntos no que concerne aquilo que é o funcionamento da ETAR de Gramido e à sua entrada de um sistema mais eficaz, o Senhor Vereador do Ambiente tem essa missão, e vai cumpri-la certamente, que é acompanhar as Águas e já agora relativamente às Águas de Gondomar dizer que na sequência da reunião da Assembleia Municipal que

24. ABR 2018



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

decorreu em Melres dizer que a Câmara já fez várias reuniões com as Águas de Gondomar, já reunimos com o Senhor Presidente da União das Freguesias José Paiva e também com a Comissão de Utentes e já demos nota daquilo que foram as conquistas conseguidas e que no fundo vem de encontro à moção que foi aprovada, nomeadamente a questão de poder pagar em oitenta e quatro prestações, a questão da concessionária admitir a verificação da medição dos ramais de ligação, a questão de prolongar até trinta e um de maio para requerer junto dos serviços a ligação e o prolongamento até o final do Verão do prazo para fazer a ligação efetiva e física da rede predial à rede pública e também foi definido um desconto comercial a aplicar para aproximar o tarifário praticado à data de hoje, daquilo que foi o tarifário praticado em dois mil e nove como era reclamado que foi a data em que foi de facto a data para esta infraestrutura. Senhor Presidente, Senhores Deputados acho que este assunto está encerrado, a Comissão de Utentes está a analisá-lo, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia é o porta voz, mas acho que conseguimos todos fazer aqui mais um forcing e dizer mais uma vez que o desconto comercial tem de ser somado ao desconto financeiro para a frente, ou seja, se qualquer cidadão só vai pagar em oitenta e quatro prestações, não de imediato, o preço do pagamento diluído no prazo, neste caso sete anos, naturalmente tem um cálculo financeiro e que equivale um desconto na base dos doze e meio por cento. -----

----- VOTAÇÃO: -----

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO do Bloco de Esquerda, sobre a “Água é um bem público não pode ser privatizado” - Aprovada por maioria, com 5 votos contra (4 PSD + 1 CDS-PP), 6 abstenções do VALENTIM e 22 votos a favor. -----

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- VOTO DE PESAR do Bloco de Esquerda, pela morte de Marielle Franco - Aprovada por unanimidade. -----

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO, do Bloco de Esquerda, sobre “É urgente discutir o Metro, e já!” - Rejeitada com 21 votos contra (20 PS + 1 Valentim), 7 votos a favor (4 PSD + 1 VALENTIM + 2 BE) e 4 abstenções VALENTIM. -----

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO do Grupo “Valentim Loureiro Coração de Ouro”, sobre uma auditoria, ao cumprimento do contrato celebrado entre o Município e a Sociedade Águas de Gondomar, S.A. - Aprovada por unanimidade. -----

----- DOCUMENTO de “Saudação ao 1º de Maio” - Aprovado por maioria com 6 abstenções (4 PSD + 1 CDS + 1 Valentim) e 27 votos a favor (20 PS + 5 VALENTIM + 2 BE). -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (26.02.2018).** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Deputados(as) Senhores(as) Paulo Jorge Ferreira Machado, em substituição de Telmo Afonso da Mota Viana, Sara Cristina Oliveira dos Santos, em substituição de Tiago Margarido Silva Carvalho, Albertina Carmo Félix Miranda Ferreira em substituição de Mário da Rocha Gonçalves e Maria da Conceição Loureiro, em substituição de Nuno Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:** -----

----- **a) Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017** -----

24. ABR 2018

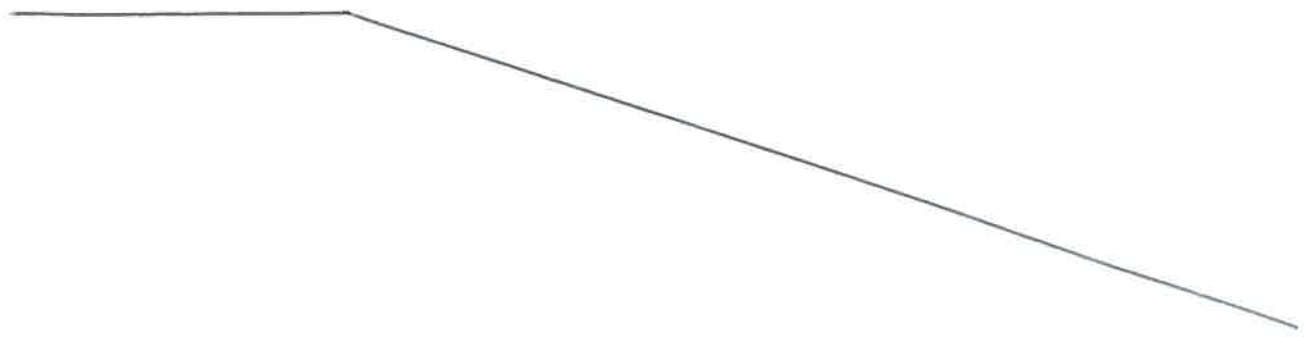


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Só dar nota que o orçamento e as contas do ano de dois mil e dezassete ficou super executado, só nos sobrou um saldo de onze mil euros, que prova que o executivo gastou e aplicou todos os cêntimos que conseguiu arrecadar mas demonstra também que há grande desigualdade e o que vou dizer não é segredo, é público, a Câmara de Vila Nova de Gaia por exemplo, encerrou o ano com dezasseis milhões de euros de saldo e a Câmara do Porto encerrou o ano com o saldo de noventa e cinco milhões, muito superior ao de Gondomar, que infelizmente teve um saldo de onze mil euros, mas tudo o que conseguimos arrecadar foi usado e executado em prol dos Gondomarenses. As contas estão devidamente certificadas pelos serviços que demonstram no que foi gasto e estaremos aqui para responder a qualquer dúvida. -----

----- GRACIANO MARTINHO (VALENTIM) – Eu reconheço a justiça do resultado das eleições, reconheço o verdadeiro Presidente da Câmara, não venho para aqui para lhe fazer afrontas, mas sobre os onze mil euros, deixe-me dizer o seguinte. Fico satisfeito por não ser negativo, mas comparativamente com as Câmaras que referiu, também tem conhecimentos contabilísticos como eu, isto dá-me ideia que isto é um saldo do merceeiro, apresenta um saldo de mil euros ao fisco para não pagar muitos impostos, aqui não é o caso, mas onze mil euros para uma Câmara, pelo menos fizeram uma gestão positiva. -----

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) – Leu e apresentou documento (declaração de voto), que adiante segue. -----



24. ABR 2018



### **PONTO 2 a) da Ordem de Trabalhos**

(Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017)

Como é facilmente interiorizado por todos, o relatório em epígrafe repercute aquelas que foram as opções do atual executivo no referente às prioridades funcionais dos diferentes Serviços do Município manifestadas através do teor dos documentos provisionais aprovados para o ano de 2017 (Plano e Orçamento).

Não deixamos, contudo, de perceber que o presente relatório reflete uma desordenada visão sobre o papel do Município no desenvolvimento harmónico da Sociedade Gondomarense, parecendo ou tipificando mesmo, uma intervenção casuística e desfocada da real necessidade de potenciação de alternativas ao deplorável *status* económico e social, como também de modernidade, que o concelho tem vindo a refletir.

Na verdade, áreas prioritárias como a habitação, educação, ambiente, transportes e comunicações designadamente, tiveram uma taxa de execução manifestamente abaixo do previsto e do exigível, enquanto que outras como publicidade e propaganda ultrapassaram largamente os seus valores previstos nas concernentes rubricas. Tal realidade constatada, é suficientemente demonstrativa do desvalor que o partido socialista atribui a uma governação perspectivada e estruturante, transformadora da eficácia económica e social do concelho, optando antes por uma inconsistente gestão das prioridades municipais, confundindo o que é importante, que são as pessoas, que são os Gondomarense, com o interesse da gestão da sua imagem, processo, como é obvio, sempre falacioso.

Assim, cientes que ficamos de que o exercício de 2017 mais não foi que a mesma evolução numa continuidade de equívocos, o CDS/PP votará, pela repercussão política de tal exercício, contra o relatório apresentado.

Pedro Moura de Oliveira - CDS/PP 24. Abril. 2018



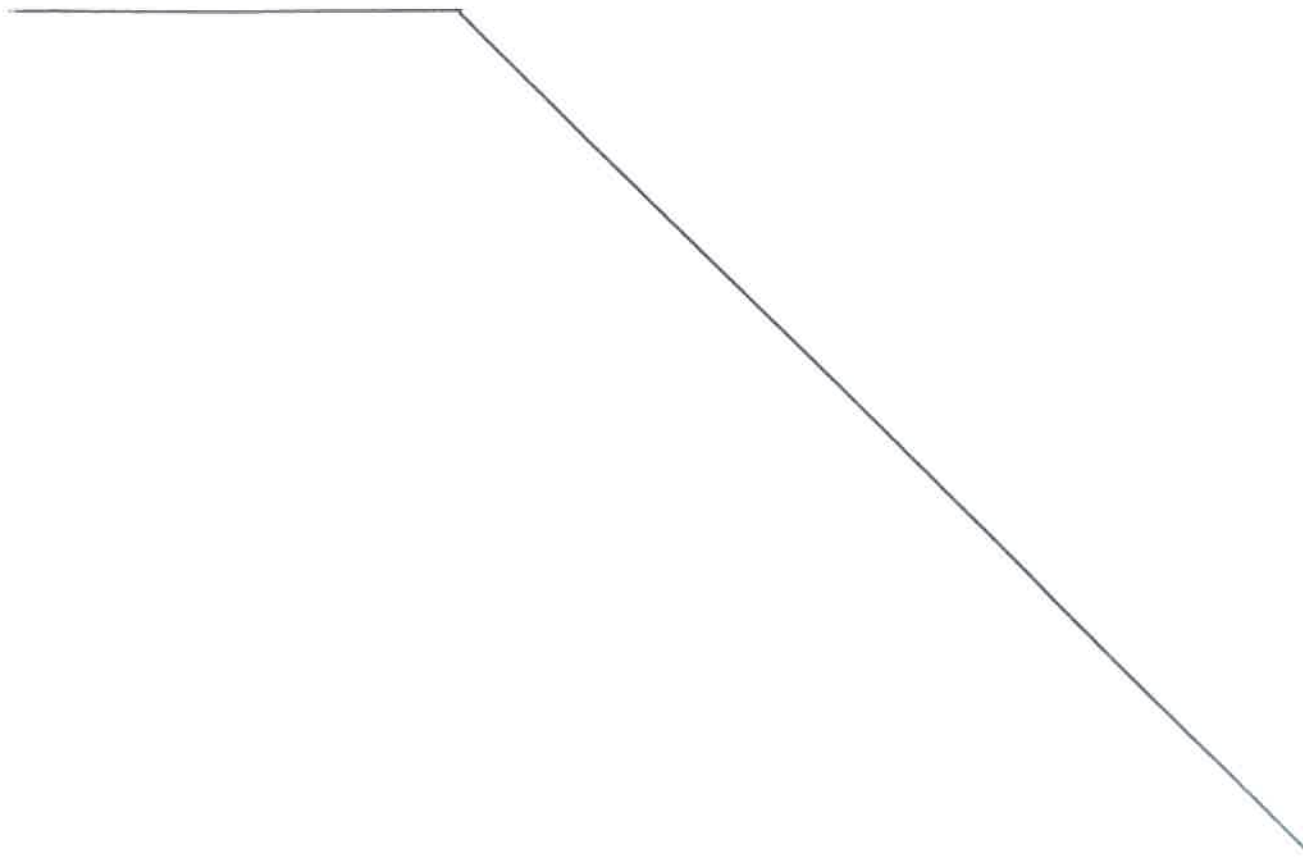
24. ABR 2018

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- MANUEL MARQUES (PSD) – Relativamente às contas nós temos alguns reparos a fazer, reparos esses, como é natural não estivemos a analisar as contas dentro da Câmara Municipal, assumimos que o Departamento de Contabilidade o que fez está correto e dentro de toda a legalidade. A análise que fazemos, é mais uma análise à gestão da Câmara. Há um orçamento inicial de cem milhões de euros, que efetivamente acabou por ser setenta e seis, alargou-se muito um orçamento para depois nos finalmentes ser reduzido à volta de setenta e seis, gastou-se mais do que o que se cobrou, o que tem sido cobrado é um constante aumento de impostos em que os Gondomarenses durante o ano de dois mil e dezoito e de certeza já tiveram em casa a fatura do IMI para sentirem o grande aumento de impostos que está a acontecer em Gondomar, também já recebi essa continha para pagar e dói bastante. Houve algum desvio a nível estratégico, porque no ano de dois mil e dezassete gastou-se quinhentos mil euros em publicidade, em quê? Quando há tantas necessidades que não estão supridas no Concelho. Dá-me a sensação que a gestão foi um bocado do dia a dia, o valor orçamental inicial foi alterado não sei quantas vezes, em termos percentuais, dos cem milhões houve para aí sessenta milhões a serem alterados ao longo do ano, a passarem de umas rubricas para as outras, etc. Dá a sensação de estarmos a gerir a nossa casa e dizemos, este ano vou gastar cem, mas depois durante o ano pensamos dar um passeio, mas afinal não vou, vou comer ao restaurante, a sensação que se tem de uma gestão é que isto andou aos zig-zags o ano todo e a nossa preocupação é que este ano está a acontecer o mesmo, este ano já houve alterações ao orçamento, que foi aprovado há dias. A critica é um bocado à forma não devidamente planeada como temos de fazer em nossa casa. Outro ponto que gostaria de referir, é nas contas finais do

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

ano, a Câmara Municipal de Gondomar tem um valor de endividamento à volta dos cem milhões de euros, quem está por fora, viu uns placards que se reduziu a dívida em quarenta milhões e afinal não reduziu coisa nenhuma, mas mais grave do que isso, é que o Relatório de Contas veio acompanhado de uma coisa que as empresas têm e as Câmara também, que é o relatório do Revisor Oficial de Contas, que diz que além dos cem milhões, há onze milhões de euros que não estão contabilizados. O segundo ponto, que os revisores oficiais de contas também salientam, é que há 3,8 milhões de euros de provisões para riscos que a Câmara tem que não foram contabilizados. Quando se olha para estas contas diz-se pelo menos teve um resultado positivo, é completamente errado, a Câmara não teve um relatório positivo de acordo com o relatório dos auditores. Relativamente à informação que foi publicada pelo Revisor Oficial de Contas, o PSD irá votar contra a aprovação destas contas. Entregou declaração de voto, que adiante segue. ....



24. ABR 2018



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 24-04-2018

O Grupo Parlamentar PPD/PSD nos termos conjugados da Resolução 1/2018 do Tribunal de Contas (TC), da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, vem por este meio expor o seguinte:

1. A Resolução acima referida apresentou instruções para a apresentação das contas de gerência, neste caso, relativas ao ano de 2017. Estas instruções, no tocante às autarquias locais, estabelecem a obrigatoriedade da subscrição de uma declaração de responsabilidade conforme um modelo anexo constante das mesmas.
2. Essa declaração de responsabilidade é prestada sob compromisso de honra e na qualidade de titular de órgãos responsável pela elaboração, aprovação e remessa das contas ao TC garantindo que foram adotados, aprovados e executados de uma forma continuada, os princípios, as normas, os procedimentos contabilísticos e de controlo interno, vinculados por imperativo legal ou contratual, que garantem e asseguram, segundo o conhecimento dos declarantes, a veracidade e a sinceridade das demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais se assume a responsabilidade nos termos das alíneas A) a H) do modelo apresentado.
3. A documentação referente a este ponto foi remetida no passado dia 06.04 mas sem que, nos dois dias úteis anteriores à reunião da Câmara Municipal de Gondomar, tenha sido remetido o Relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC). Advertimos que não concordamos com a interpretação dos artigos 76.º e seguintes do Regime Financeiro das Autarquias Locais segundo a qual o Parecer do ROC só terá de ser remetido à Assembleia Municipal. A pericialidade de que se reveste a matéria não está ao alcance de qualquer um. E é por isso que o Regime Financeiro das Autarquias Locais faz intervir um ROC na certificação das contas de gerência que, do nosso ponto de vista, devia ser apresentado logo na aprovação das mesmas em sede de reunião camarária.
4. Os elementos que foram enviados são sumários e não refletem toda a documentação não estando, por esse motivo, habilitado para conhecer a totalidade da documentação que vai ser debatida nesta sessão de câmara.

24. ABR 2018



5. Não colocamos em causa o trabalho efetuado pelos serviços financeiros e de contabilidade da Câmara Municipal de Gondomar, que traz algum detalhe mas temos de referir que a presente documentação traduz a execução de um orçamento que não foi aprovado pelos Vereadores e membros da Assembleia Municipal do PPD.PSD/CDS-PP e, como tal, não representam as opções políticas da atual Coligação.

6. Não tendo tido qualquer responsabilidade na execução do mesmo ao longo do ano de 2017, há diversas notas que aqui salientamos e que representam um desvio ao que deve ser uma gestão com visão e potenciadora de futuro na Gondomar.

Senão vejamos,

7. Não sabemos, de forma individualizada, quanto custaram alguns eventos, como por exemplo, a Cidade Europeia do Desporto 2017. Mas também não sabemos, e seria interessante para perceber como algumas rubricas foram geridas ao longo dos 4 anos de mandato, qual a evolução dos gastos na Noite Branca, em Publicidade ou Propaganda.

8. Notamos um aumento gradual das receitas provindas do aumento de impostos diretos e indiretos que poderiam ter travado o recente aumento do IMI e permitido uma favorecimento fiscal das pequenas e medias empresas.

9. Deparamos com algumas taxas de execução que demonstram que não terá existido rigor na previsão da receita ou, por seu turno, existiu um orçamento empolado em algumas rubricas. Só assim se entende, por exemplo, taxas de execução abaixo dos 35% em rubricas como a Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações, ou uma aposta não suficiente na Educação ou na Ação Social.

10. Os valores orçamentados para 2017, e posteriormente retificados, demonstram que não existiu uma logica entre aquilo que foi previsto e o que foi executado. Transparece uma gestão corrente, pouco planeada e consistente.

11. Registamos que algumas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos tiveram graus de evolução de 655% (Seguros), de 181% (Publicidade e Propaganda) e aumentos de 15% nos trabalhos especializados, rendas, alugueres e outras rubricas quando poderia ter sido ponderado um reforço de verbas para a proteção civil, freguesias ou apoio social.

24. ABR 2018



12. Continuamos muito apreensivos com os valores de endividamento apresentados, que não refletem nada do que foi anunciado pelo Partido Socialista durante a execução do mandato anterior, e, nesse ponto, aguardamos pela decisão de recurso do Tribunal de Contas quanto ao pedido de empréstimo efetuado para solver a dívida da EDP.

13. Considerando as reservas apresentadas no relatório do Revisor Oficial de Contas - valores materialmente significativos:

a) Não contabilização de uma dívida a Bancos no Valor de aprox 11 milhões de euros, o que elevaria para aprox. 111 milhões o montante das dívidas do Município;

b) Não criação de Provisões para Riscos e Encargos de 3,6 Milhões de euros - considerados necessários para a cobertura de riscos á data de 31/12/2017;

Permitem-nos ficar com duvidas relativamente ao Balanço e Contas de Resultados expressarem corretamente a realidade da situação económica/financeira do Município de Gondomar.

Pelos motivos acima aduzidos o Grupo Parlamentar PPD/PSD, não obstante ter de subscrever a declaração de responsabilidade apresentada para o ano de 2017, declara para os devidos efeitos, que **VOTA CONTRA** as contas apresentadas pelo executivo do Partido Socialista.

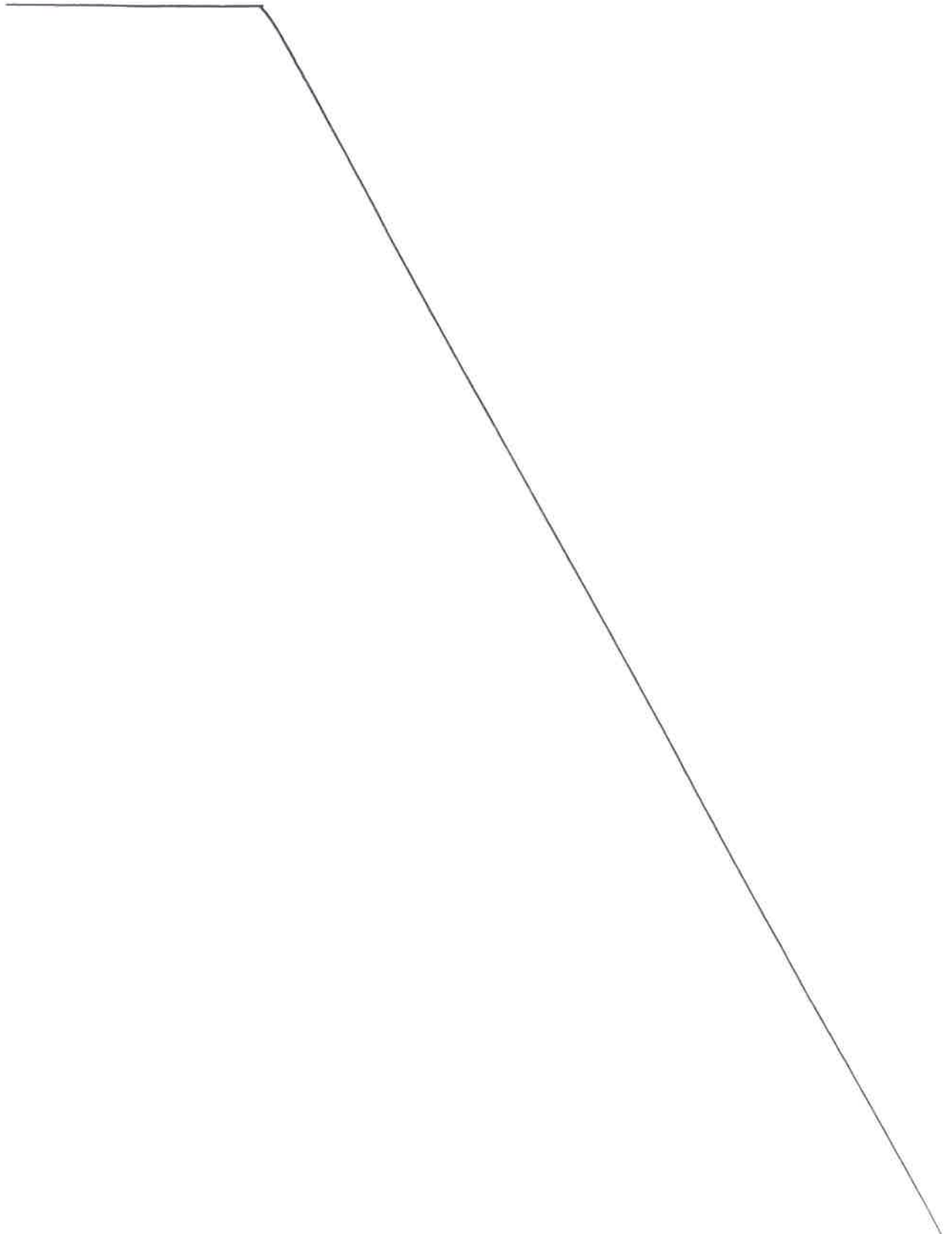
#### O GRUPO PARLAMENTAR PPD / PSD

24. ABR 2018



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Leu e entregou documento, que adiante segue. -----



24. ABR 2018



**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,**

**Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,**

**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.**

**Caros Colegas Deputados,**

**Exmos. Senhores Presidentes de Junta,**

**Minhas senhores e meus senhores,**

Uma palavra inicial de enquadramento para enunciar que a Conta de Gerência serve para colocar à disposição dos órgãos autárquicos, das entidades da tutela e dos cidadãos em geral toda a informação que permite a correcta avaliação do desempenho da pessoa colectiva em causa. Constitui uma oportunidade para explicar aos diversos interlocutores as prioridades estratégicas do exercício face ao enquadramento económico e regulamentar, caracterizar a actividade e analisar o seu efeito do ponto de vista económico e financeiro.

Ora, assim sendo, e como estamos a analisar a situação do Município de Gondomar reportada a 31 de Dezembro de 2017, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista mais uma vez não pode deixar de congratular o Executivo porque, para além de continuar a executar os objectivos programáticos a que se propôs, simultaneamente, continua a tentar limpar os despojos da herança que recebeu em 2013, seja através, por exemplo, da negociação da dívida respeitante ao Fundo Social Europeu, no montante de 11,6 milhões de €, em que se obteve a extinção do processo executivo fiscal que há anos

corria contra a Câmara Municipal de Gondomar, inclusivamente no Supremo Tribunal Administrativo, onde o Município vinha enfrentando sucessivas decisões desfavoráveis, daqui que se tenha optado por uma negociação directa, através de um pagamento faseado dessa dívida com um resultado líquido de 4,5 milhões de € de poupança para o erário municipal, para além disto, finalmente se deitou mãos ao principal cutelo financeiro que este Município enfrenta, a sobredimensionada dívida à EDP, que ainda hoje orça em 49 milhões de €, tornando a EDP o maior credor do Município de Gondomar. No âmbito desta renegociação da dívida com aquele credor foi alcançado um acordo em que, aquela empresa mediante o pagamento imediato de 28 milhões de €, abdicaria dos restantes 21 milhões de € da dívida, traduzindo-se este acordo num perdão de dívida de 40% da mesma, o que é francamente vantajoso para a saúde financeira do Município.

É verdade que o Tribunal de Contas não emitiu o visto prévio a esta operação, a qual, como é evidente, e dada a impossibilidade de pagamento imediato de tamanho montante com recurso a fundos próprios do Município, implicou a contratação de um financiamento bancário, o qual é absolutamente vantajoso e que, agora em sede de Recurso e mediante uma detalhada explicação do que está em causa, em termos de poupança líquida para o erário público, deverá merecer a validação final daquele Tribunal. Este acordo é efectivamente vantajoso e permitiria, desde logo, a saída do Município de Gondomar do procedimento por endividamento excessivo, com a decorrente libertação dos constrangimentos e impedimento legais a que qualquer Município no âmbito destas condicionantes está sujeito.



**Independentemente disto, assistimos a uma permanente evolução favorável na consolidação orçamental e na diminuição do endividamento que, por exemplo, comparando com dados de 2013, ano em que esta nova maioria, recentemente reforçada, assumiu funções no Município, o rácio do endividamento municipal relativamente à média da receita própria cobrada nos últimos 3 anos, tem diminuído, sendo que em 2013 o endividamento atingia 2,12 vezes a média das receitas próprias e agora em 2017 já atingiu 1,72 vezes a média da receita própria cobrada. Significando isto que este rácio diminuiu 19% em 4 anos, o que dá ideia verdadeiramente daquilo que tem sido o nível de compromisso na redução do endividamento municipal, sendo que, paralelamente o Município tem vindo a executar o seu programa e aquilo que eram as suas principais promessas como a construção do interceptor do Rio Tinto, a construção dos Parques Verdes de Rio Tinto que será inaugurado nas próximas semanas, e o de Fânzeres, a divulgação e a promoção contínua do Município de Gondomar pelas boas e melhores razões, como foram o caso da Capital Europeia do Desporto e mais recentemente a aposta na promoção da atractividade do Município de Gondomar para a captação do investimento externo, seja no Turismo, seja na promoção e divulgação globais da fileira da filigrana, sem esquecer a resolução de problemas crónicos de degradação da rede viária municipal que tem sido objecto de várias intervenções pelo Concelho todo, reconhecidas claramente como pertinentes pelos Munícipes.**

É verdade que a dívida total do Município de Gondomar ainda é elevada, atingindo 99,5 milhões de €, o que corresponde a um excesso de 13 milhões de € face ao limite legal admissível, daqui se notando quão imperiosa é a operação de renegociação da dívida da EDP que permitia, por si só, ficar dentro dos limites do endividamento e permitia o abandono do procedimento por endividamento excessivo. É um esforço que tem que continuar a ser feito e que estamos em crer que, tal como noutras situações, chegará a bom porto.

Finalmente, só uma referência para o rácio de solvabilidade do Município de Gondomar, o qual é de 111,36%, o que é um óptimo indicador, já que significa que o património total do Município é suficiente para cobrir integralmente as dívidas totais do Município, tendo passado de 104,72% em 2016 para estes 111,36% em finais de 2017.

Por todos estes factores que acima elencamos, é claro que o Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia não poderá deixar de votar favoravelmente esta Conta de Gerência, já que esta traduz um enorme equilíbrio entre cumprimento das metas de consolidação orçamental e melhoria dos níveis de gestão, com a concretização de investimentos e projectos importantes paralelamente, cumprindo-se o programa político do PS sufragado - e maioritariamente caucionado - pela População.

Obrigado.

Grupo Parlamentar do P.S.  
José João Almeida

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- SARA CRISTINA (BE) – A questão que o Bloco de Esquerda aqui vem levantar, é porque é que no Relatório e Gestão de Contas de dois mil e dezassete, existe um aumento de impostos diretos e continuam algumas áreas fulcrais ao desenvolvimento da Autarquia, como a educação e a ação social, continuam a ser negligenciadas sem mais financiamento. Como pudemos observar, houve um corte a nível cultural, mas houve um aumenmto curioso em cerca de cem mil euros em termos de verbas para atividades como a Noite Branca. Continua a ser um orçamento em que o Bloco de Esquerda não se revê, votaremos contra o Relatório de Gestão de Contas do ano de dois mil e dezassete. -----

----- VEREADOR CARLOS BRÁS – Relativamente às intervenções que aqui ouvimos, há alguma confusão de conceitos e depois dá alguma confusão de opiniões. Queria dizer ao Senhor Deputado Graciano, que uma coisa é o saldo de exercício, que são os tais onze mil euros que o Senhor Presidente falou, outra coisa diferente é o resultado líquido, o balanço, como sabe, é empresário, são conceitos distintos, são contas distintas e por isso é que apresentam resultados distintos e desde logo porque no balanço se incluem as depreciações onde se incluem as previsões por conta de risco, que dá um resultado completamendte diferente. Em relação ao Senhor Deputado do CDS, o que fez aqui foi uma apreciação política que se calhar ficaria melhor num debate sobre o Orçamento, não num debate de um documento técnico, contabilístico, que tem a chancela de um auditor externo independente, essas considerações políticas, achamos que não devem ser comentadas por nós, naturalmente temos outra opinião. Relativamente ao Senhor Deputado Manuel Marques, há de facto nalgumas rúbricas uma execução menor e isso tem a ver com os projetos financiados, nomeadamente nos da educação,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

cujas candidaturas abriram muito tarde o ano passado e não tiveram a possibilidade de serem desenvolvidas e executadas no ano económico de dois mil e dezassete. Em relação ao aumento dos impostos, penso que também está a haver uma confusão muito grande entre o que é aumento das taxas e o que é aumento da receita, o que vemos aqui é um aumento da receita por via do fim de muitas das isenções que vão terminando e por um aumento de eficiência na cobrança. Em dois mil e dezassete não houve nenhum aumento de IMI, se há aumento de receita tem a ver com a eficiência da máquina tributária na arrecadação da receita e tem a ver com o fim das isenções e com o aumento de algumas atualizações patrimoniais, uma coisa é o aumento da receita, outra coisa, é o aumento da taxa e nós só intervimos nas taxas. A questão da comunicação, acha-se que é um valor exagerado, o que acontece e que nós agora fazemos coincidir toda a comunicação na mesma rubrica, que era coisa que não acontecia antigamente, estava dispersa, não se via. O ano passado, foi um ano excecional, por causa da Cidade Europeia do Desporto, tudo o que é publicidade e comunicação da Câmara está ali. Permita-me que esclareça também o que é dívida, endividamento e o que é passivo e permita-me que discorde da sua observação, a dívida tem estado a descer, o passivo tem estado a descer e não somos só nós a dizer, é também o Revisor Oficial de Contas. Este ano depois de setembro até dezembro desceu um bocadinho menos, porque se deixou de pagar à EDP, não há dúvidas quanto ao endividamento, até porque quando chegamos à Câmara o endividamento estava em cento e quarenta e quatro milhões e se hoje está em cem, não foi por acaso, é porque de facto foi amortizado o passivo, há compromissos assumidos com os bancos que financiaram nomeadamente a construção e aquisição de habitação social que nós não podemos incumprir,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

há planos de pagamento que não dependem da vontade do executivo, têm de ser cumpridos. Uma questão importante que nenhum Deputado colocou, é que dois mil e dezassete podia ter sido o melhor ano da história financeira do Município, só não foi porque o Tribunal de Contas decidiu não conceder o visto à operação com a EDP, onde nós, o devedor e o credor nos tínhamos entendido e a financiadora também, estamos em recurso a aguardar resposta e foi também o ano que terminamos com o processo executivo que a Câmara tinha já em doze milhões por causa dos fundos de coesão que tinham sido devolvidos e só essa negociação feita com o Senhor Presidente em que também participei, permitiu ao município um ganho e proveito de quatro milhões e meio e o município deixou de ter um processo executivo e passou a ter a ficha na Autoridade Tributária limpa. Em relação à intervenção da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, parece que a confusão é um bocadinho maior, porque me parece que confundiu o que é relatório de gestão e contas com o que é um orçamento. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 13 votos contra (6 VALENTIM + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP) e 20 votos a favor. -----

----- **b) Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2018** -----

----- Antes da discussão e votação deste ponto ausentaram-se os Senhores Deputados dos Grupos Municipais: VALENTIM, PSD e CDS-PP. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta revisão não incorpora nenhum saldo da gerência anterior, mas acima de tudo cria duas novas rúbricas de despesas que até aqui eram correntes mas que o Tribunal de Contas veio exigir ao município que incluísse no Plano Plurianual e falo do serviço de aluguer de viaturas e do fornecimento de gasóleo, como sabem

24. ABR 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

nós decidimos não fazer um concurso anual, mas um concurso por três anos para o fornecimento de combustíveis e tivemos de inscrever essas linhas nas GOP e aproveitar para abrir rúbricas para algumas intervenções solicitadas, nomeadamente pelos Senhores Presidentes de Junta. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Alguém se esqueceu de dizer que iam abandonar a sala, devem sofrer de amnésia. -----

----- SARA CRISTINA – O Bloco de Esquerda não entende porque que é que esta Assembleia Municipal foi marcada para dia 24 de abril, quando existem comemorações históricas e importantes no dia de hoje, isto já foi dito aqui, mas vale a pena repetir, além disso, não entendemos a forma tardia da entrega de documento de foro técnico, torna-se difícil analisar o material em discussão e parece-nos pouco transparente. Os partidos não foram convidados a discutir esta revisão e não apresenta nenhuma mudança estrutural face ao orçamento. Relembramos que o Bloco de Esquerda apresentou várias propostas ao orçamento que não foram tidas em conta, relembro também que o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de revisão do Regimento para cinco dias de entrega de documentos, que foi rejeitada. Para o Bloco de Esquerda, existem assim pontos que foram enviados aos Deputados Municipais sem estarem deliberados na Câmara e por isso não cumprir o prazo legal do envio dos documentos. Daí o Bloco de Esquerda não participará na votação destes documentos, por isso sairá da sala. --

----- Depois da discussão e antes da votação, os Deputados do BE também se ausentaram da sala. -----

24. ABR 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Ponto de ordem. Gostaria e para que não haver dúvidas, para memória futura peço que fique registado em ata o quorum que há no momento.

----- PEDRO FORTE (PS) – Não querendo desrespeitar o público que ainda se mantém aqui, se calhar já não faz muito sentido a intervenção, mas mesmo assim, se calhar vou é corrigir ligeiramente a intervenção, porque ainda há aqui pessoas que merecem que falemos com elas e que merecem todo o nosso respeito. Relativamente a este ponto, a revisão orçamental, já não a vou ler, mas vou aproveitar para fazer aqui um acréscimo que é importante, que é uma questão política e a forma de como as bancadas de alguns partidos nesta assembleia se tem portado, inclusivamente a forma como se tem tentado inverter ou contar uma nova história sobre o que tem sido o trabalho do executivo da Câmara Municipal de Gondomar. Relativamente a esta revisão orçamental, confundimos coisas e procuram-se argumentos que muitas vezes são facilmente desmontados, a revisão é uma simples imposição do Tribunal de Contas, não houve aqui nenhum desvio das opções políticas, ou seja tudo o que vai para além do orçamento de dois mil e dezoito tem de ser detalhado, são os compromissos plurianuais e estar a usar o argumento desta revisão como uma ingerência deste executivo é fraco, significa que as pessoas não têm argumentos e quando não há, tenta-se inventá-los. É pena que as pessoas se tenham ausentado porque a ausência neste órgão também representa a postura que temos assistido nos últimos tempos em Gondomar. As forças democraticamente eleitas, da oposição não têm argumentos e têm este comportamento, designadamente ausentarem-se da sala. -----

----- O Senhor 1º Secretário leu o artigo nº 36 do regimento. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- FERNANDO CERQUEIRA – Estamos aqui a discutir uma situação de interpretação de legalidade e o Partido Socialista tem que ter alguma responsabilidade nisto. A minha interpretação, é a metade mais um, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lomba está a chegar, mas acho que não é correto estarmos à espera, a meu ver era interromper a sessão e marcava dentro do prazo legal para amanhã ou quarta feira a continuação da mesma e cá estaremos todos a aprovar o resto da documentação, é suspender a sessão por falta de quorum e continuar a sessão, conforme diz a lei. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Excepcionalmente, vou dar a palavra ao público e depois do público intervir, continuamos a sessão. -----

----- Intervieram os Senhores munícipes: -----

----- Joaquim Fernando Silva Guimarães – Morador em Gondomar, referiu-se ao aumento dos impostos, concretamente do IMI e a obras inacabadas, numa rua junto ao Pavilhão Multiusos. –

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Obrigada pela sua intervenção, obrigada pelo voto de confiança. Relativamente à rotunda tem razão, já devia estar pronta, é uma falha nossa, mas infelizmente não se pode fazer omeletes sem ovos. Quanto à questão do IMI, é verdade que houve um aumento de 0,35 para 0,47, é verdade, mas há quatro anos baixou 30, mas é importante dizer que há duas questões introduzidas, para este ano temos o IMI familiar, para quem tem filhos devolve-se vinte ou quarenta euros e vamos devolver 0,5 da cota do IRS, ora se tem muitos imóveis, deve ter rendimentos prediais, o IRS também vai ter uma redução porque a Câmara pode abdicar até cinco por cento do IRS de cada agregado. Na maioria dos casos toda a gente vai pagar menos impostos. -----

24. ABR 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- Moisés Sousa – Morador no Bairro Monte Crasto, referiu-se à humidade em sua casa, quer saber quando é que vão fazer obras. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou anotação, para resolução do problema. -----

----- D. Vânia – Moradora em S. Pedro da Cova, solicita habitação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, respondeu que no fim da sessão, alguém vai recolher os dados. -----

----- VASCO MORAIS – Morador em Rio Tinto, veio em nome dos colegas da EMEF, do polo de Guifões, expor as razões da greve e solicitar apoio de todas as autarquias da Área Metropolitana do Porto e convida o Senhor Presidente da Câmara a visitar o Polo de Guifões. ---

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Por várias funções que ocupo, conheço bem o problema, aliás fui o primeiro Autarca que falou em praça pública, na quinta feira passada, a verdade infelizmente isto é o resultado de muita coisa. Quando há quinze anos começaram a desmantelar o serviço público ferroviário, dividiram a CP e a REFER, dividiram depois a EMEF, criaram novas empresas com capitais públicos e deu nisto, e a verdade, a EMEF que é uma empresa de capitais públicos, nem sequer é contratada pela Metro, é subcontratada pelo Barraqueiro que é o operador que faz o serviço para a Metro e o que me parece é que aquela reivindicação salarial justa da equiparação do subsídio de turno aos colegas da CP é mais que legítimo. Tem de haver bom senso, já pedi mas ainda não foi autorizada a visita a Guifões. Compreendo a vossa luta. -----

----- Neste momento, chegou o Senhor Rui Correia, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- Os Senhores Deputados dos Grupos Municipais, VALENTIM, PSD, BE e CDS-PP, regressaram. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Os Senhores Deputados regressaram, mas ainda não acabamos a discussão da alínea b), ainda não votamos e quero dizer o seguinte. Nós só precisamos de vinte e um elementos para deliberarmos, o PS tem vinte e um elementos, de qualquer das formas se querem regressar no ponto três, independentemente do que diz no regimento, os Senhores se vão sair, vão sair, eu vou discutir este assunto com os Deputados que estão presentes, no sentido de, ou se continuar, ou porventura marcar uma sessão para discutir as outras alíneas da Ordem de Trabalhos, se quiserem saem e esperam um bocadinho.

----- Os Senhores Deputados dos Grupos Municipais, VALENTIM, PSD, BE e CDS-PP, voltaram a sair da sala. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse, ainda: A questão que se colocou foi esta, atualmente temos vinte e um elementos na Assembleia Municipal, há Deputados que entendem que se deve marcar outra Assembleia, deixo à consideração. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – A nossa posição é muito simples. Nós, foi dito aqui pelo Senhor Presidente, tínhamos vinte e um Deputados, mas temos de ser realistas e sérios. Quando os Senhores Deputados da oposição, todos abandonaram a sala, tínhamos vinte Deputados, não tínhamos vinte e um. O Senhor Deputado que faltava, era o Senhor Presidente da Lomba que chegou há bocadinho, face a essa situação a Assembleia continuou com o público, que nada impede que seja no meio da sessão, no início ou depois, gostaria de fazer uma pergunta, se mantivermos a continuidade desta Assembleia pode ser amanhã, quinta ou



24. ABR 2018

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

sexta feira. O Partido Socialista aceita o rigor da verdade e se não fomos responsáveis pelo abandono da sala pelas pessoas, também não podemos ser afetados para dizerem depois que estivemos a fazer tudo e mais alguma coisa para esperar pelo Senhor Deputado, porque podemos correr o risco de amanhã a oposição dizer, vamos tentar arranjar maneira de chegar um Deputado da oposição, o Partido Socialista pauta-se pelo rigor, estamos aqui para tentar servir Gondomar o melhor possível, acho que devemos adiar ou suspender e continuar a Assembleia com rigor da verdade. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Presidente, existe uma dúvida, vai marcar uma nova sessão da Assembleia, ou vai marcar a continuação desta sessão, é que juridicamente são coisas diferentes. A minha opinião, se me permite, tem de ser a continuação desta sessão, se não tem de ser feita nova convocatória. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Se nós discordamos das regras que eles impõem sobre as datas da convocatória, nós não podemos marcar uma Assembleia nova, temos de dar uma continuidade a esta. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Se me permitem contribuir e ficar registado, gravado e em ata, há Deputados que abandonaram, mas tiveram o cuidado de deixar os telemóveis a gravar ali, de facto isto é pior do que a PID, Senhor Presidente sugiro, se me permite e dado o impasse, se for decidido a continuar, tem de ser a continuação desta sessão, mas atendendo a que estão vinte e um Deputados presentes e não há dúvidas que haveria se estivessem só vinte, na minha opinião, não vejo mal desde que fique registado em ata a hora de chegada e saída de cada um, que se proceda à continuidade desta Assembleia. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – O PC ainda fez uma carta a dizer os motivos, os outros deputados chegam aqui e em plena reunião abandonam, vamos continuar a sessão. --

----- VOTAÇÃO DA REVISÃO ORÇAMENTAL: Aprovada por unanimidade, (21 votos a favor dos Deputados e Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS). -----

----- **c) Gestão, conservação e manutenção do equipamento “Parque Urbano da Quinta das Freiras” – Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Rio Tinto --**

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, (21 votos a favor dos Deputados e Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS). -----

----- **d) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 1º Grau** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, (21 votos a favor dos Deputados e Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS). -----

----- **e) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 2º Grau** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, (21 votos a favor dos Deputados e Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS). -----

----- **f) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 3º Grau** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, (21 votos a favor dos Deputados e Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS). -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- **g) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 4º Grau** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade, (21 votos a favor dos Deputados e Presidentes de Junta do Grupo Municipal do PS). -----

----- Neste ponto voltaram à sessão os Senhores Deputados que se tinham ausentado. -----

----- **3. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (fevereiro e março de 2018).** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **C - Período de Depois da Ordem do Dia.** -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da acta.

----- A sessão foi encerrada à 1 hora do dia 25 de abril de 2018. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A TÉCNICA SUPERIOR,

*P. do Espírito Santo*